UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS

LUCAS PAULINO RODRIGUES CUNHA

**DA MIGRAÇÃO IRREGULAR NO DIREITO BRASILEIRO: A PROBLEMÁTICA DO
TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO**

Maceió/AL

2023

LUCAS PAULINO RODRIGUES CUNHA

**DA MIGRAÇÃO IRREGULAR NO DIREITO BRASILEIRO: A PROBLEMÁTICA DO
TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharelado/Licenciatura em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Luiz da Costa.

Maceió/AL

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C972d Cunha, Lucas Paulino Rodrigues.
Da migração irregular no direito brasileiro : a problemática do trabalho análogo à escravidão / Lucas Paulino Rodrigues Cunha. – 2023.
55 f.

Orientador: Flávio Luiz da Costa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 51-55.

1. Trabalho escravo. 2. Migrante - Direito - Brasil. 3. Vulnerabilidade. I. Título.

CDU: 343.431(81)

AGRADECIMENTOS

Tão difícil quanto a produção deste estudo, será descrever em palavras a gratidão que sinto hoje. Primeiramente, agradeço a Deus, por todas as bênçãos e sabedoria a mim concedidas.

Aos meus pais, Keila Sehara e Valter Cunha, pelo apoio incondicional e por me ensinar o que é amor. A estrada até aqui foi árdua, mas o orgulho de vocês sempre foi e será o meu maior combustível.

À minha avó Eulacia e ao meu avô João, que durante toda a minha vida vêm sendo minhas inspirações, tendo seus conselhos, orações e colos sempre me guiado.

Aos meus irmãos, Ana Letícia e Antônio Neto, por serem a certeza de que nunca estarei só no mundo. O amor que sinto por vocês me ensinou a ser responsável.

À toda a minha família, essenciais para meu desenvolvimento. Em especial aos meus tios: Jônatas Rodrigues, que sempre esteve presente na minha vida, ainda de mais perto durante a minha graduação, e Severino Cunha, pelo suporte e por ser o exemplo que me fez escolher o Direito como minha área de atuação.

À Pedro Albuquerque, que palavras não existem para simbolizar a gratidão que existe entre nós. Você esteve presente todos os dias, caminhando para o mesmo lugar, sem pressa e sem medo de errar. É peça fundamental na realização deste sonho.

Aos amigos que a faculdade me presenteou, que celebraram junto a mim cada conquista e amenizaram tudo o que foi penoso. Em especial às minhas meninas Ewelín Costa, Laysa Witória, Leticia Acioli, Thaina Alencar e Thays Ferreira, que são minhas companheiras desde o início da jornada acadêmica, e aos do Banquinho que me trouxeram alegrias e me faziam olhar com leveza os problemas surgidos.

À Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ao corpo docente da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA), essenciais para o desenvolvimento do meu conhecimento. Em especial ao Professor Flávio Costa pela orientação deste estudo, e à Professora Alessandra Marchioni, que com sua dedicação em sala e em vida, inspirou e fomentou minha formação crítica e jurídica.

E, por fim, a todos que fazem e fizeram parte da minha história, que em tão pouco espaço não poderiam ser listados, mas que levo sempre em pensamento e no coração.

RESUMO

Ainda que tenham ocorrido avanços no sentido de proteção ao migrante no mundo e no Brasil, a realidade se mostra contrária, cresce o número de denúncias de ocorrência do trabalho análogo a escravidão no país e os migrantes são vítimas constantes nesse contexto. A vulnerabilidade dos migrantes em relação ao desconhecimento do idioma e as diferenças culturais são fatores que aumentam de forma exponencial sua exploração. Sendo assim, este trabalho teve o objetivo de analisar a conjuntura atual da proteção ao migrante nos âmbitos jurídico e normativo, tanto internacionais, quanto internos, aliado ao estudo da historicidade da cultura escravagista no Brasil. Em razão das violações aos princípios fundamentais, principalmente o da dignidade da pessoa humana, se fez necessário estudar um extrato de como os tribunais pátrios estão decidindo sobre esses casos, e em que estão respaldados. Para tanto utilizou-se da revisão bibliográfica de doutrinas e artigos que tratam sobre o tema, realizando um diálogo crítico entre autores clássicos e atuais, bem como as legislações pertinentes sobre o tema. Chegando-se à conclusão que ainda há muito a se percorrer no combate ao trabalho análogo à escravidão.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Migrantes. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

Although there have been advances in feeling of protection to migrants in the world and in Brazil, the reality is the opposite, the number of reports of occurrence of work analogous to slavery in the country grows and migrants are constant victims in this context. The vulnerability of migrants in relation to language ignorance and cultural differences are factors that exponentially increase their exploitation. Therefore, this research aims to analyze the current situation of protection to migrants in legal and normative fields, both international and internal, combined with the study of the historicity of slave culture in Brazil. Because of the violations of fundamental principles, especially that of the dignity of the human person, it was necessary to study an extract of how the native courts are deciding on these cases, and in what they are supported. For this purpose, we used the literature review of doctrines and articles dealing with the subject, conducting a critical dialogue between classic and current authors, as well as relevant legislation on the subject. The conclusion is that there is still much to be done in the fight against work analogous to slavery.

Keywords: Slave labor; Migrants; Vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
LTDA	Sociedade Limitada
MET	Ministério do Trabalho
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta da Emenda Constitucional
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	LINHAS CONCEITUAIS SOBRE O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	12
2.1	O Sol da Liberdade brilhou em raios fúlgidos? A escravidão na história do Brasil	12
2.2	Trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo.....	18
3	A MIGRAÇÃO IRREGULAR COMO VETOR PARA ESCRAVIDÃO MODERNA	25
3.1	O trabalho escravo como faceta da hipervulnerabilidade: o fenômeno da imigração no Brasil	25
3.2	Marco normativo: a Lei nº 13.445/2017 e a regularidade do migrante.....	31
4	TRABALHADOR MIGRANTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO.....	35
4.1	O trabalho digno e a proteção do trabalhador migrante.....	35
4.2	Combate ao trabalho em situação análoga ao de escravo	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6	REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

A escassez de mão de obra sempre foi uma questão quanto aos trabalhos, braçais, repetitivos, perigosos ou insalubres. Se para a produção e consumo de alimentos a solução encontrada foi a domesticação dos animais, no mundo o meio para aumento da mão de obra culminou na escravização de outros seres humanos por parte daqueles que detinham poder. Tal relação de dominação perdura por séculos, porém, anteriormente legalizada nas diversas legislações do mundo antigo, atualmente, ao menos nos países que se consideram democráticos, o trabalho escravo é proibido, justamente por suas condições degradantes, pelo risco à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana, contudo, o que vem ocorrendo na prática, em algumas situações, é justamente o oposto.

No contexto brasileiro, o passado escravocrata assombra os dias atuais, dele desenvolveram-se uma série de problemas socioculturais que permanecem no espaço-tempo. Este fenômeno, por sua relevância, é estudado em várias ciências, inclusive na jurídica, todavia ainda que de forma morosa, busca-se entender em minúcias e adaptar aos estudos sociojurídicos relacionados à temática, a fim de conseguir compreender as ramificações deste fenômeno e posteriormente normatizá-lo em normas jurídicas efetivas, afinal, a ciência jurídica tenta refletir a realidade e garantir direitos a todos os sujeitos.

Por questões metodológicas e didáticas, fazer-se-a aqui um recorte específico analisando-se o trabalho análogo à escravidão em relação aos migrantes, que é o tema norteador desta pesquisa, considerando a sua relevância. Afere-se que por mais que no âmbito internacional, principalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) já tenha sido deliberada a sua proibição e, internamente, a Constituição Federal de 1988 tenha o intuito de constitucionalizar os direitos de terceira geração, entre eles o trabalho digno, os migrantes ainda são vistos como mão de obra barata, sua vulnerabilidade quanto ao novo espaço em que se encontram, por vezes na dificuldade de comunicação, por vezes nas diferenças culturais, permite que empresas e pessoas má intencionadas se utilizem disso para os colocarem na condição de coisa, reproduzindo o tratamento degradante de ser humano para ser humano.

Ainda no âmbito normativo, a Lei n. 13.445 de maio de 2017 trouxe consigo uma série de inovações muito bem quistas em relação a proteção do migrante, incluindo o incentivo ao trabalho legal, bem como a garantia da igualdade dada ao migrante em relação ao nacional, até mesmo na seara trabalhista. As garantias constitucionais e infraconstitucionais são inúmeras, sua aplicação, porém nem tanto.

Dito isto, este trabalho terá como estrutura cinco capítulos, iniciando a partir do segundo e finalizando com as considerações finais.

O segundo capítulo iniciará com abordagem histórica, citando a escravidão ao longo da história e lugar, bem como explanando brevemente o passado escravocrata do Brasil, algumas consequências no contexto legislativo e o caminho até o fim do regime escravista que perdurou por séculos no país. Perpassará também por alguns casos de destaque que tomaram a mídia e as redes sociais já este ano (2023), além de conceituar, brevemente, a ideia de migrante na contemporaneidade.

No terceiro capítulo será apresentada a relação entre a migração e a abertura para a escravidão moderna e imposição de condições degradantes aos trabalhadores, no percorrer também será explanado a extrema vulnerabilidade desses indivíduos e como o marco normativo da Lei n. 13.445 trata desses casos. Finalizando, no quarto capítulo a abordagem será voltada à análise de como o ordenamento jurídico brasileiro se desenvolve nas matérias relacionadas ao trabalho análogo à escravidão, suas formas de combate, bem como a proteção do migrante.

Para tal propósito, será explorado a pesquisa bibliográfica e parte da legislação competente, tanto internacional quanto interna, aliada a análise de decisão de caso concreto de tribunal pátrio, possibilitando o olhar sobre as nuances do tratamento ao trabalho do migrante, conjuntamente sob o ponto de vista jurídico.

2 LINHAS CONCEITUAIS SOBRE O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Brasil, 13 de maio de 1888, com a assinatura da Princesa Isabel e após muita pressão de vários atores à época, é assinada a Lei Áurea e a partir daquela data o Estado brasileiro não mais reconheceria o direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, pondo fim a escravidão. Porém, essa ainda demonstra suas cicatrizes, que por vezes, mais aparentam serem feridas recentes. Desde ambientes de trabalho insalubres e desumanos, até o ato do empregador de impedir o rompimento da relação de trabalho, consegue-se notar os resquícios dos séculos de abusos contra a dignidade humana.

2.1 O Sol da Liberdade brilhou em raios fúlgidos? A Escravidão na história do Brasil

Conceituar a escravidão, é tarefa um tanto difícil, tendo em vista as múltiplas formas nas quais a mesma se apresentou ao longo da história da humanidade. Assim, não seria possível no presente trabalho esgotar todas as definições da escravidão, será exposta apenas a conceituação necessária e breve, para a melhor compreensão do assunto.

A escravidão não é natural, é fruto de relações sociais, bem como do contexto no qual está inserida, e seu surgimento ocorreu em meados de 9.000 e 5.000 a.C.¹, o homem notou que lhe seria mais vantajoso poupar a vida do inimigo e explorar seu trabalho na agricultura.² Dessa forma, como versa Tiago Muniz, “foi assim que o ser humano passou a servir como mercadoria, como objeto de consumo [...] A escravidão surge na História, portanto, como uma relação pessoal de dominação-submissão, atada à ideia do homem-mercadoria, sobre a qual se exercem os direitos de propriedade”.³

Esse momento do surgimento da escravidão reparte a sociedade, que:

[...] por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliado como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si

¹ CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Semiliberdade e sub-humanidade nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas: o capitalismo e a metamorfose das ausências** / Tiago Muniz Cavalcanti. – Recife, 2019

² SANTOS, Joel Rufino dos. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013, p. 48-49.

³ CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Semiliberdade e sub-humanidade nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas: o capitalismo e a metamorfose das ausências** / Tiago Muniz Cavalcanti. – Recife, 2019

ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado.⁴

Ao longo dos séculos, em diversos lugares, notou-se a presença da escravidão, na sociedade grega, forte era a presença dos escravos, dividindo-se em *res* pública ou privada, sendo pertencentes ao Estado ou aos indivíduos.⁵ Tanto os escravos gregos, quanto os romanos, não possuíam direitos cívicos, nem eram vistos como cidadãos e trabalhavam exaustivamente, por vezes apenas por sua subsistência.⁶

No Egito, os escravos eram de origem estrangeira, sendo prisioneiros de guerra ou aprisionados por mercadores, que ficavam à disposição do faraó, para utilizá-los da forma desejada pelo monarca: “oferecia alguns aos templos e dava outros a particulares, como recompensa por serviços prestados”.⁷

Nas sociedades assíria e babilônica, os escravos tinham alguns direitos, poderiam possuir bens e constituir família, porém tinham sobre si os direitos de propriedade, tendo a condição de uma coisa, com a possibilidade de serem alienados.⁸ De igual maneira, ocorria na Arábia, mesmo com os escravos possuindo a chance de resgatar sua liberdade e serem vistos como pessoas através da religião, ainda assim eram uma propriedade, possibilitando sua compra e venda.

Nota-se que a essência da escravidão na história é a redução do ser humano à condição de objeto:

Escravidão (*servitus*) é a instituição mediante a qual um ser humano (*servius*), privado da liberdade (*libertas*) e, pois, de qualquer traço de personalidade, é equiparado aos objetos, às coisas (*res*). *Servus et res*. Do mesmo modo que as coisas, o escravo pode ser objeto de propriedade, pode ser vendido e, mesmo destruído. O *servus* pertence ao *dominus*, que sobre ele exerce o mais absoluto *dominium*.⁹

Assim, a escravidão ao negar a humanidade, conseqüentemente, nega a dignidade do homem.

⁴ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, pp. 183-184.

⁵ FERREIRA, José Ribeiro. **Civilizações Clássicas I: Grécia**. Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

⁶ COWELL, F. R. “The Ancient Life. The Greece and Rome of everyday”. In: **Greece and Rome: The Birth of Western Civilization**. GRANT, Michael (ed.). Londres: Thames and Hudson, 1986, p. 145.

⁷ TAVARES, António Augusto. **Civilizações Pré-Clássicas**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 86.

⁸ *Idem*, pp. 86-87.

⁹ CRETELLA JÚNIOR, José. **Direito Romano Moderno: introdução ao Direito civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999, pp. 53-54.

Agora aproximando o tópico à nossa realidade, é sedimentado que a escravidão é uma das peças centrais da história brasileira, desde a chegada dos portugueses, em 1500, até os dias atuais, em que a sociedade convive com as heranças do passado colonial do país.

Inicialmente, os europeus empregavam o escambo, que consistia na troca de objetos frívolos pela força laboral dos indígenas.¹⁰ Porém, o interesse nos artigos dos portugueses não durou por muito mais tempo, causando insurgências que levaram os colonizadores a escravizar os povos tradicionais, porém os resultados não saíram como o esperado, tendo em vista que os indígenas “não se mostraram bons escravos, seja pela fraca densidade demográfica da população, seja pela dizimação provocada pelas doenças trazidas pelos colonizadores, seja pela evasão dos indígenas – grandes conhecedores das terras virgens –, a fim de escapar do trabalho escravo”.¹¹

Nesse cenário, escravizar negros africanos foi a alternativa considerada viável, tendo em vista os grandes lucros do tráfico¹² que o comércio possibilitava.¹³ Por outro lado, a escravização indígena foi extinta, ao menos legalmente, em 06 de julho de 1755, com a promulgação da lei do Marquês de Pombal, mais de um século antes da abolição da escravatura, com a Lei Áurea. O recifense Gilberto Freyre, em sua obra mais conhecida “Casa-grande e senzala”, retrata a necessidade, ao seu olhar, de um Brasil escravocrata:

O açúcar não teve, por certo, responsabilidade tão direta pela moleza dos homens. Teve-a, porém, e grande, como causa indireta: exigindo escravos; repelindo a policultura. Exigindo escravos para “mãos e pés do senhor de engenho”, como disse Antonil. E não só de senhor de engenho português, já viciado na escravidão: os holandeses, quando no século XVII se instalaram nas plantações de cana de Pernambuco, reconheceram a necessidade de se apoiarem no negro; sem escravos não se produziria açúcar. E escravos em grande número; para plantarem a cana; para cortarem; para colocarem a recortada entre as moendas impelidas a roda de água – nos engenhos chamados de água, e por giro de bestas ou de bois, nos chamados almanjarras ou trapiches; limparem depois o sumo das caldeiras de cocção; fazerem coalhar o caldo; purgarem e branquearem o açúcar nas formas de barro; destilarem a aguardente. Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de redes ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés.¹⁴

¹⁰ SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. **Trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001, p. 37.

¹¹ MIRÁGLIA, Livia Mendes Moreira. **Trabalho Escravo Contemporâneo** — conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2011

¹² SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 65

¹³ MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e Burguesia no Brasil. **Origens da autocracia burguesa**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 84

¹⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006, pp. 517-518.

Fica clara a tentativa de justificação do uso da força de trabalho dos escravizados, no intuito do desenvolvimento comercial e econômico do país, em nenhum momento o autor humaniza-os, a condição da necessidade de mão de obra era considerada suficiente para isentar a culpa nos atos de violência, discriminação e tortura direcionada aos africanos escravizados. Com isso, tem-se o início da cultura do trabalho informal, do trabalho forçado e da desumanização do trabalhador, principalmente voltado aos migrantes, estes que nem mesmo vieram ao Brasil por livre e espontânea vontade, mas como mercadoria.

Na época, o Brasil recebeu 40% (quarenta por cento) dos escravos destinados à América Portuguesa, o que totalizou por volta de 3,8 milhões de imigrantes¹⁵.

A posse de escravos, simbolizava poder e riqueza, pois o negro africano era “um investimento dispendioso, a que poucas pessoas tinham acesso”.¹⁶ Com isso, os proprietários preferiam quantidade à qualidade, pois quanto maior o acúmulo de escravos, maior seriam os seus status. Neste sentido, entende Gilberto Freyre:

No Nordeste, o mais normal era encontrar barracas contíguas, dispostas em filas a certa distância da casa-grande. As senzalas eram trancadas à noite pelos feitores, a fim de evitar fugas e de estabelecer a disciplina, pois dessa maneira se determinava o horário de se recolher e de despertar. O repouso era breve e o local dos mais insalubres, uma vez que, sem luz nem janelas – para impedir evasões -, ali se vivia numa completa penumbra, além de faltar ar por conta da lotação¹⁷

Além do mais, a forma no qual os escravos chegavam às terras brasileiras, por meio do tráfico negreiro, por si só já era um perigo, em condições sub-humanas, que iam de má alimentação até aprisionamento em acomodações com pouca energia solar e nenhuma higiene¹⁸.

Ademais, segundo Lilia Schwarcz:

[...] altas taxas de mortalidade acompanharam esse sistema, desde sua implantação. Os cativos introduzidos na América morriam com facilidade, pois não apresentavam imunidade contra as doenças do Novo Mundo, deles desconhecidas. [...]. Por isso, o primeiro ano era o mais perigoso, e em todos os sentidos. Os escravos tinham não apenas que se acostumar ao regime pesado de trabalho, como aprender a língua e lidar com as novidades do clima. A mortalidade infantil era ainda mais alarmante: insalubridade, falta de assistência, subnutrição, levavam a altíssimas taxas de natimortos, e de crianças que não chegavam à primeira infância¹⁹

¹⁵ SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 15.

¹⁶ SAKAMOTO, Leonardo. **Nova escravidão é mais vantajosa para patrão do que a da época colonial**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006, p. 67.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 84

¹⁹ *Idem. Ibidem*, p. 94.

A combinação do trabalho forçado e uma péssima alimentação, contribuiu para a degradação da saúde dessas pessoas, envelhecendo-as e diminuindo sua expectativa de vida, após passarem dos trinta e cinco já eram considerados “velhos e pouco aproveitáveis”²⁰. Castigos e punições eram constantes, usados principalmente para que os escravos se tornassem trabalhadores obedientes.²¹

Porém, os diversos abusos resultaram também em efeitos contrários ao desejado que:

[...] essa violência não era recebida de forma passiva. Inúmeras foram as estratégias de resistência - de insubordinações diárias (que envolviam abortos, suicídios, assassinatos de feitores e Senhores) até as “fugas em massa, as rebeliões, as ações coletivas de agressão armada dos escravos, as campanhas prolongadas de guerrilha, o ataque à propriedade de seus senhores”⁶⁹, formações de quilombos e grandes insurreições organizadas⁷⁰. Fatos que negavam a autoridade do Senhor e que demonstravam a força da luta, ainda que extremamente arriscada⁷¹, dada a falta de amparo (social, político e jurídico) aos escravos.²²

A formação de quilombos demonstrava a força e persistência desses povos que se viam numa luta constante para salvar o máximo que podiam de sua originalidade e ancestralidade, as constantes revoltas enfraqueceram cada vez mais as relações de poder, ainda assim, muitas vidas foram perdidas. Apesar da conjuntura e de todo o sangue derramado, o Brasil foi um dos últimos países a deslegitimar a escravidão.

Revoltas pelo país impulsionaram a diminuição da legitimidade da escravidão. Como afirma Ana Paula da Silva Pinto que:

Com a consolidação do sistema capitalista, ao longo do século XIX, os ideais escravagistas brasileiros mostraram-se incompatíveis com a realidade mundial emergente. Isso porque o trabalho livre era elemento indispensável à consolidação e expansão dos mercados dos países de orientação capitalista.²³

Nota-se também a permanente correlação entre trabalho e lucro, as palavras que aparecem nos textos históricos são relacionadas a economia e mercado, quase como se o avanço econômico dependesse estritamente do abuso desenfreado dos corpos dos escravizados,

²⁰SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 94.

²¹ *Idem. Ibidem*, p. 91

²² MESQUITA, Lucas Isaac Soares Mesquita. **TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NAS PEDREIRAS DA ZONA DA MATA ALAGOANA**: precarização do trabalho e análise das legislações trabalhista e minerária brasileiras. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2016.

²³ PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE**: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. 2019. 203p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019. p. 135.

concretizando ainda mais as relações de poder. Se antes esta relação era de senhor e escravizado, será percebido adiante que ela foi transferida para patrão e empregado, no limiar da exploração do migrante, apenas as palavras mudam, mas a violência é a mesma.

No âmbito legislativo, ainda que contraditórios, alguns avanços foram feitos, surgindo leis como:

Aberdeen (de 1845, que permitia a entrada em mar brasileiro de navios ingleses, com o objetivo de impedir o tráfico negreiro), Eusébio de Queirós (datada de 1850), do *Ventre Livre* (de 1871, que libertava da escravidão os filhos nascidos de mãe escrava) e dos Sexagenários (de 1885, que previa a libertação dos escravos com mais de 65 anos).²⁴

Tornou-se cada vez mais insustentável a manutenção da escravidão no Brasil e em 1888, mais precisamente na data de 13 de maio de 1888, a princesa Isabel abolia o regime escravocrata com a promulgação da Lei nº 3.353, mais conhecida como Lei Áurea. Assim, pondo fim a um sistema que durou por mais de três séculos. Porém:

[...] o governo brasileiro não se preocupou em criar normas e/ou condições para que o antigo escravo se integrasse, efetivamente, ao seio da sociedade como verdadeiro cidadão. Desse modo, foi enxotado à margem da sociedade, sem qualquer direito ou proteção estatal, levando muitos deles ao retorno das condições precárias de trabalho, posto que se viam obrigados a laborar em troca de um prato de comida.²⁵

No mesmo sentido, reverbera Florestan Fernandes:

Como deixaram de ser “escravos” ou “libertos”, não contavam mais com a solidariedade universal dos brancos. Nem com a solidariedade cúpida dos antigos senhores, para os quais perderam o interesse de sucedâneos fisiológicos da máquina. Nem com a solidariedade humanitária dos abolicionistas, para os quais não possuíam mais aquele interesse moral, que funcionava como fonte imperativa do mandato da raça negra²⁶

O sociólogo continua:

Como se nascessem naquele momento para a vida, teriam de gravitar no lodo e nele construir o ponto de partida de sua penosa ascensão ao “trabalho livre”. A sociedade de classes se torna uma miragem que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva. Não lhes facilita, sequer, a subsistência, o esquecimento das supremas humilhações sofridas no passado remoto ou recente, a dignidade da pessoa humana²⁷

²⁴ PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE**: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. 2019. 203p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019. p. 135.

²⁵ *Idem. Ibidem*, p. 135

²⁶ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. 5ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 76-77.

²⁷ *Idem. Ibidem*, p. 76-77.

Algo que perdura por tanto tempo e presente em grande espaço não desaparece tão fácil, a promulgação da Lei Áurea pela princesa Isabel “que proibiu a escravidão negra no país jamais revogou a tradição escravocrata e os ranços hierárquicos existentes. Por essa razão, permaneceram situações de trabalho escravo pós-1888”²⁸.

2.2 Trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo

Entre 1995 a 2022, 60.251 trabalhadores foram encontrados em condições análogas à de escravo no Brasil, sendo 846 desses resgatados de casos no estado de Alagoas, nas mais diversas atividades.²⁹

Ao longo desses anos a escravidão contemporânea fez-se presente em todo o território nacional, “nas carvoarias, na agricultura, na pecuária e na mineração”. Podemos exemplificar com um caso atual, recentemente, já em 2023, o *Lollapalooza*, um festival renomado que conta com diversa atrações, incluindo artistas internacionais, ocorre na zona sul da capital de São Paulo e movimentou cerca de R\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de reais), se envolveu em um caso de submissão de trabalhadores a situações análogas à de escravo.³⁰

Esses trabalhadores tinham entre 22 e 29 anos de idade e trabalhavam com carga e descarga dos caminhões que levavam as bebidas para o evento. Com jornadas de doze horas diárias, eles ainda eram obrigados a vigiar a carga, dormindo em cima de papelões sobre paletes. Além disso, nenhum dos funcionários possuíam registro trabalhista.

Outro caso ocorrido este ano, foi o resgate de trabalhadores em situação de trabalho análogo à escravidão, em Bento Gonçalves, município do Rio Grande do Sul. Segundo o MPT do estado, 215 homens foram encontrados nesta situação, que seriam mão de obra para grandes vinícolas.

Esses laboravam diariamente uma jornada de quinze horas de trabalho, o alojamento no qual se acomodavam tinha espaço muito inferior ao esperado para a um com a quantidade de trabalhadores que existia. Além do mais, afirmaram que os empregadores ofereciam comida

²⁸ MESQUITA, Lucas Isaac Soares Mesquita. **TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NAS PEDREIRAS DA ZONA DA MATA ALAGOANA**: precarização do trabalho e análise das legislações trabalhista e minerária brasileiras. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. p. 30

²⁹ Panorama Geográfico Geral, Alagoas. **SmartLab**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/27?dimensao=prevalencia>. Acesso em 25 de mar. 2023.

³⁰ ALESSI, Gil. **Exclusivo**: Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo. Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/03/exclusivo-festival-lollapalooza-e-flagrado-com-trabalhadores-escravizados-em-sao-paulo/>. Acesso em 25 de mar. 2023.

estragada e que só podiam comprar em um mercadinho, no qual os preços eram superfaturados e o valor gasto era descontado diretamente em seus salários.³¹

A maioria dos trabalhadores vinham do estado da Bahia, recebiam as ofertas de emprego na sua terra natal e ao chegar no destino, a situação era diversa da prometida. Atrasos nos pagamentos dos salários e violência física eram constantes. Eles ainda eram ameaçados a permanecerem no local, pois ao contrário, eles teriam que efetuar o pagamento de uma multa por quebra de contrato de trabalho.³²

Infelizmente, os casos acima citados não podem ser considerados atípicos nos tempos atuais. Pois, somente entre janeiro e 20 de março de 2023, o Ministério do Trabalho (MTE) já resgatou 918 trabalhadores em condições análogas a de trabalho escravo, um aumento de 124% (cento e vinte e quatro por cento) se compararmos ao primeiro trimestre do ano de 2022, sendo inclusive o maior número registrado neste mesmo período, desde 2008. Somente no Estado de Goiás, 365 pessoas foram resgatas³³.

Assim, nota-se que a exploração da mão de obra escrava vem se apresentando, cada vez mais, de diversas formas e necessita de constantes medidas repressivas e de combate.

Agora como conceituar a condição análoga à de escravo no Brasil atual? A Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu em sua Convenção sobre o Trabalho Forçado N.29 que “todo trabalho ou serviço que é exigido de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual essa pessoa não se voluntaria”³⁴.

Para Jairo Albuquerque Sento-Sé:

[...] trabalho escravo é aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes, inclusive quanto ao meio ambiente em que irá realizar sua atividade laboral, submetendo-o, em geral, a constrangimento físico e moral que vai desde a deformação do seu consentimento ao celebrar o vínculo empregatício, passando pela proibição imposta ao obreiro de resiliir o vínculo quando bem entender, tudo motivado pelo interesse mesquinho de ampliar os lucros às custas da exploração do trabalhador³⁵.

³¹ MARKO, Katia. **Operação conjunta deflagra trabalho análogo à escravidão na colheita da uva no RS.** Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/23/operacao-conjunta-deflagra-trabalho-analogo-a-escravidao-na-colheita-da-uva-no-rs>. Acesso em 26 de mar. 2023.

³² Empresário é preso por manter 150 trabalhadores em condições análogas à escravidão em Bento Gonçalves, diz política. **G1** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/23/empresario-e-preso-por-manter-150-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-bento-goncalves-diz-policia.ghtml>. Acesso em 15 de fev. 2023.

³³ Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. **G1** Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/21/brasil-resgatou-918-vitimas-de-trabalho-escravo-em-2023-recorde-para-um-1o-trimestre-em-15-anos.ghtml>. Acesso em 23 de mar. 2023.

³⁴ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório.** Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235021/lang--pt/index.htm. Acesso em 15 de fev. 2023.

³⁵ SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. **Trabalho escravo no Brasil.** São Paulo: LTr, 2001.

No mesmo sentido, enfatiza Livia Miraglia:

[...] pode-se inferir que o trabalho escravo contemporâneo é aquele que se realiza mediante a redução do trabalhador a simples objeto de lucro do empregador. O obreiro é subjugado, humilhado e submetido a condições degradantes de trabalho e, em regra, embora não seja elemento essencial do tipo, sem o direito de rescindir o contrato ou de deixar o local de labor a qualquer tempo.³⁶

Faz-se necessário elucidar que assim como as leis trabalhistas, o conceito de trabalho análogo ao de escravo não surge por boa vontade de um Estado, como frisa Luciana Paula Conforti:

[...] importante ressaltar, que assim como as leis trabalhistas não foram produto de doação do Estado, mas de intensa luta dos trabalhadores e do acolhimento estatal das demandas sociais, o seu cumprimento não ocorreu (e geralmente não ocorre) de modo espontâneo e pacífico, sem a participação ativa dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores nos processos de conscientização e conquistas, além da pressão dos próprios trabalhadores e dos movimentos sociais, inclusive do ajuizamento de ações judiciais [...] o atual conceito de trabalho análogo a de escravo no Brasil não partiu do reconhecimento de um Estado protetor, mas da atuação de vários atores, de anos de debates e de compromisso internacional assumido pelo país perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos³⁷

Dentre um dos principais atores na construção histórica do conceito, podemos citar o trabalho realizado pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que entendiam o trabalho escravo ao ocorrer restrição de liberdade:

Uma série de ações foram articuladas entre a sociedade civil, com protagonismo da CPT, junto a grupos vinculados a diferentes instituições da sociedade, religiosas, jurídicas, sindicais, militâncias que se empenharam em responsabilizar aqueles que se utilizavam de práticas escravagistas. A adesão de representantes de instâncias jurídicas nas lutas sociais, bem como o cenário internacional alinhado com a defesa dos Direitos Humanos foram aspectos que favoreceram a legitimação do conceito.³⁸

Após inúmeras denúncias tanto na imprensa, quanto nos organismos internacionais, tornou-se insustentável para o Estado Brasileiro negar a presença do trabalho análogo a escravidão, “O reconhecimento oficial, em 1995, ocorreu após o país ter sido denunciado na

³⁶ MIRÁGLIA, Livia Mendes Moreira. **Trabalho Escravo Contemporâneo** — conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2011.

³⁷ CONFORTI, L. P. **A interpretação do conceito de trabalho análogo ao escravo no Brasil: o trabalho digno sob o prisma da subjetividade e a consciência legal dos trabalhadores.** p. 5 Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/25668-a-interpretacao-do-conceito-de-trabalho-analogo-ao-escravo-no-brasil-o-trabalho-digno-sob-o-prisma-da-subjetividade-e-a-consciencia-legal-dos-trabalhadores><https://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/hots52m3/3j49L833n6n8bR0v.pdf>. Acessado: 15 mar. de 2023.

³⁸ SUDANO, Suliane. Escravizados contemporâneos: a busca pela dignidade Laborare. **Revista Labora**, Ano V, Número 8, Jan-Jun/2022, pp. 30-50. ISSN 2595-847X. <https://revistalaborare.org/>. DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-123> p. 04.

Corte Interamericana de Direitos Humanos, em relação ao Caso José Pereira.”³⁹ Em resumo, o caso:

[...]refere-se ao cidadão, à época com 17 anos, ferido em 1989 por disparos de arma de fogo, efetuados por pistoleiros que tentavam impedir a sua fuga da Fazenda Espírito Santo, no Sul do Pará, onde também trabalhavam outras 60 pessoas em condições subumanas e ilegais, análogas à escravidão. José Pereira sofreu lesões permanentes no olho e mão direitos e outro trabalhador, conhecido como Paraná, foi morto.⁴⁰

O Brasil reconheceu a existência de trabalho análogo ao de escravo e se comprometeu com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a cumprir medidas de reparação e prevenção, “assumi o compromisso de melhor definir o trabalho análogo à de escravo na legislação penal, quando houve a alteração do Art. 149 do Código Penal”⁴¹, esse prevê a punição em reclusão de dois a oito anos e multa, bem como pena correspondente a violência, todo aquele que:

[...] reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto

O trabalho análogo a escravidão ainda se faz muito presente na realidade brasileira, prova disso foi a ocorrência de mais uma denúncia contra o país perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2015, com relação aos trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, que laboravam em situação degradante entre os anos de 1990 e 2002, em Sapucaí no Estado do Pará. Em 2016, a Corte proferiu sentença condenando o Estado brasileiro ao pagamento de indenização às vítimas e à reabertura das investigações

O legislador foi feliz ao produzir a nova redação, harmonizando o supracitado artigo à Constituição Federal de 1988 e com as normas internacionais que protegem o trabalho digno e os direitos humanos.⁴² Nas palavras de Tiago Muniz:

³⁹ CONFORTI, L. P. **A interpretação do conceito de trabalho análogo ao escravo no Brasil:** o trabalho digno sob o prisma da subjetividade e a consciência legal dos trabalhadores. p. 6. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/25668-a-interpretacao-do-conceito-de-trabalho-analogo-ao-escravo-no-brasil-o-trabalho-digno-sob-o-prisma-da-subjetividade-e-a-consciencia-legal-dos-trabalhadoreshttps://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/hots52m3/3j49L833n6n8bR0v.pdf>. Acessado: 23 mar. de 2023.

⁴⁰CONFORTI, L. P. **A interpretação do conceito de trabalho análogo ao escravo no Brasil:** o trabalho digno sob o prisma da subjetividade e a consciência legal dos trabalhadores. p. 6-7. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/25668-a-interpretacao-do-conceito-de-trabalho-analogo-ao-escravo-no-brasil-o-trabalho-digno-sob-o-prisma-da-subjetividade-e-a-consciencia-legal-dos-trabalhadoreshttps://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/hots52m3/3j49L833n6n8bR0v.pdf>. Acessado: 23 mar. de 2023.

⁴¹ *Idem. Ibidem*, p. 7.

⁴² *Idem. Ibidem*, p. 7.

[...] ele foi preciso ao estabelecer suas hipóteses de caracterização. A atual redação do artigo 149 do Código Penal, que define o crime de reduzir alguém à condição análoga à de escravo, abrange os principais fatores capazes de tolher a autodeterminação da vítima, reproduz fielmente as condições de vida e de trabalho dos escravos do passado e facilita, com isso, a tipificação do delito.⁴³

É importante frisar que a liberdade da vítima é inalienável⁴⁴, e o delito se configurará independente do consentimento dela. Luiz Regis Prado ensina:

O consentimento do ofendido é irrelevante. Não há a exclusão do delito se o próprio sujeito passivo concorda com a inteira supressão de sua liberdade pessoal, já que isso importaria em anulação da personalidade. Somente seria cabível a exclusão da ilicitude da conduta se fosse o sujeito passivo o único titular do bem jurídico protegido e se pudesse livremente dele dispor. E isso não ocorre no delito em exame, já que o Direito não confere preferência à liberdade de atuação da vontade ante o desvalor da ação e do resultado da lesão ao bem jurídico. O estado de liberdade integra a personalidade do ser humano e a ordem jurídica não admite sua completa alienação⁴⁵

Tiago Muniz afirma que a vulnerabilidade social tem papel importante para transformar o trabalhador em um possível escravo:

[...] é o estado de miserabilidade do trabalhador que o torna um escravo em potencial: a aceitação de condições adversas e indignas de trabalho decorre, na verdade, da vulnerabilidade econômica e social que gera um vício do consentimento. Dito de outro modo, a situação de indigência da vítima se encarrega de submetê-la a condições subumanas de trabalho.⁴⁶

O mesmo autor enfatiza, ainda, que:

[...] estão previstas quatro hipóteses de configuração do crime de redução à condição análoga à de escravo [...] trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho e restrição de locomoção em razão de dívidas [...] as quatro maneiras de execução são autônomas e reciprocamente independentes, de modo que a configuração de apenas uma delas dá ensejo à caracterização do trabalho escravo contemporâneo.⁴⁷

O trabalho forçado é realizado contra a vontade do trabalhador, caracterizado pelo vício do consentimento, que pode ocorrer tanto durante o processo de escolha ou aceitação do trabalho quanto durante a prestação dos serviços, impedindo o encerramento do vínculo.

⁴³ CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea.**

⁴⁴ CUNHA, Rodrigo Sanchez. Manual de direito penal: parte especial (arts 121 ao 361) 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: JusPODIVM, 2020. p. 233

⁴⁵ NORONHA, Edgard Magalhães. Código penal brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1958. v. 5, 1.^a e 2.^o partes, p. 360

⁴⁶ CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea.**

⁴⁷ *Idem. Ibidem.*

A coação utilizada não se limita a ameaças físicas, podendo incluir também a pressão moral ou psicológica. Já a jornada exaustiva se caracteriza pelo trabalho em condições adversas, ritmo acelerado e frequência desgastante. Essa jornada impede a recuperação das energias do trabalhador, comprometendo sua qualidade de vida e dignidade.⁴⁸

Quanto às condições degradantes de trabalho, não basta o descumprimento da legislação trabalhista, é necessário que as condições degradantes de trabalho atinjam a dignidade do trabalhador. Essas condições são precárias, subumanas e aviltantes, privando o trabalhador de seus direitos e coisificando-o como objeto de exploração. Elas desconsideram a autodeterminação e a condição de ser humano do trabalhador.

Por último, na restrição de locomoção por dívida o empregador cria mecanismos de endividamento que dificultam o encerramento do vínculo e retém o salário do empregado em razão de dívidas contraídas por meio da venda inflacionada de produtos ou da cobrança desproporcional por moradia. O trabalhador fornece seus serviços, que são insuficientes para quitar o débito, mantendo-o em condição análoga à de escravo.

Portanto, nota-se que o ordenamento jurídico brasileiro não reconhece o trabalho escravo como uma relação legal, sendo o mesmo reconhecido como crime, elencando os quatro elementos caracterizadores já citados, que podem ocorrer juntos ou isoladamente. Além do mais, o bem jurídico a ser tutelado não se limita apenas a liberdade, e sim a dignidade da pessoa humana⁴⁹, o Supremo Tribunal Federal *in verbis*:

EMENTA PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA. Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas previstas no tipo penal. A “escravidão moderna” é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”. Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do

⁴⁸CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**.

⁴⁹ RODRIGUES, Débhora Renata Nunes. MIGRAÇÃO E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO, **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 4, n. 7, p. 28-49, Jul./dez. 2018. p. 12.

art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade. Denúncia recebida pela presença dos requisitos legais⁵⁰.

Ou seja, não há a necessidade de que haja a privação de liberdade da vítima para a configuração da situação análoga à de escravo, uma vez que, como já citado, o art. 149 do Código Penal trouxe várias formas de ocorrência, sempre visando proteger a dignidade do homem.

Ademais, engana-se quem acredita que essa condição afeta apenas aos trabalhadores brasileiros, vem sendo observada a presença de migrantes dentre trabalhadores resgatados, que em grande maioria estão em situação irregular no país.

⁵⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inq 3412**, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-222 DIVULG 09-11-2012 PUBLIC 12-11- 2012 RTJ VOL-00224-01 PP-00284.

3 A MIGRAÇÃO IRREGULAR COMO VETOR PARA ESCRAVIDÃO MODERNA

As pessoas migram por diversos motivos, como por exemplo, oportunidades que são oferecidas pelo país de destino, ou seja, por fatores de atração, mas também fazem essa viagem por dificuldades enfrentadas no país de origem, nesse caso sendo por fatores de repulsão. Ao longo da história muitas travessias ocorreram, sendo responsáveis por criar e diversificar diversas culturas e costumes.

3.1 O trabalho escravo como faceta da hipervulnerabilidade: o fenômeno da imigração no Brasil.

Principalmente a partir do século XX, as migrações passaram a ser incentivadas, pois os países os viam como mão de obra para o desenvolvimento do Estado. Neste sentido, “os Estados-Nação viam a possibilidade de expansão tanto da agricultura, do comércio e da indústria, no processo de construção e desenvolvimento da industrialização”⁵¹

Diversos países considerados de primeiro mundo obtiveram êxito em seu desenvolvimento, principalmente durante o período da revolução industrial, justamente por conta da recepção de diversas pessoas de diferentes partes do globo, a mecanização dos processos os tornou simples e rápidos, quanto mais repetição, mais lucro, quanto mais lucro, maiores empresas surgiam e, assim, a necessidade de mão de obra aumentava.

De forma rápida, é preciso lembrar que as pessoas estavam se deslocando de suas terras natais, diversas vezes por situações de conflitos e guerra, por exploração dos mesmos países a que iriam se dirigir posteriormente, em demasia o abuso também é de responsabilidade de Estados colonialistas, contudo esse não é o foco do presente trabalho.

Ainda assim, atualmente:

[...] estes não são mais vistos como contribuintes para o desenvolvimento dos Estados, pois sua presença massiva e de proporções cada vez maiores tornou-se incomoda para os países mais abastados economicamente [...] o migrante desperta sentimentos de discriminação e preconceito, por tratar-se do diferente, de indivíduos com culturas distintas e que, portanto, podem se constituir uma ameaça aos quais constroem

⁵¹ Pauli, Eridiana. Fideles, Érika Rejane R. S. Aranda, Pâmella da Silva. MIGRAÇÃO E TRABALHO ESCRAVO NA CONTEMPORANEIDADE. *Revista Latino-Americana de Estudos Científico* - RELAEC Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/index>, p. 6.

também o mito de que o migrante ocupa postos de trabalho e emprego que seriam destinados aos nacionais.⁵²

O Brasil recebeu imigrantes ao longo de sua história, e essas migrações contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira, resultando em uma diversidade cultural significativa. Segundo os dados mais recentes, entre os anos de 2011 e 2020, o país teve um aumento significativo no número de novos imigrantes reconhecidos anualmente, saindo de 86 em 2011 para 26,5 mil em 2020.

Na época da publicação do projeto “2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil”⁵³, o país possuía 1,3 milhão de migrantes residindo em território nacional. Esse projeto nasce de uma parceria entre Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Universidade de Brasília (UnB), e é produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Em 2021, a Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo registrou 74 resgates de imigrantes em situação análoga à de trabalho escravo, já em 2022 esse número dobrou, atingindo 148 casos.

O expressivo aumento de casos, concomitantemente ao aumento do número de migrantes no país, infere no raciocínio de que as políticas públicas de proteção a esses indivíduos não estão sendo suficientes para dirimir o abuso recorrente.

A constante violação de direitos abre também um questionamento, qual o motivo que facilita a tração dessas pessoas para a irregularidade? Seria o fator menos burocrático, não precisar estar com a situação de migração totalmente regularizada?

Luís Felipe Aires Magalhães afirma que é importante para a melhoria do trabalho dos migrantes colocar em pauta a documentação para esses indivíduos:

É muito mais plausível que essa violação, essas condições de trabalho análogo se criem, se reproduzam em contextos de falta de documentação. Então, historicamente isso traz dificuldade de cidadania, acesso aos serviços de saúde, educação e traz também trabalho precário. Então, quando nós falamos de trabalho precário, nós temos que falar necessariamente de cidadania, de documentação⁵⁴

Inicialmente, é preciso pontuar algumas significações sobre o que será discutido. Porém, mais uma tarefa difícil é traçar conceitos sobre o fenômeno da migração, tendo em vista

⁵² *Idem. Ibidem.* p. 6.

⁵³ OBMIGRA. **2011-2020: uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil.** Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf.

⁵⁴ Por que dobrou o número de trabalhadores imigrantes resgatados do trabalho escravo no Brasil?. **Brasil de Fato.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/por-que-dobrou-o-numero-de-trabalhadores-imigrantes-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>. Acesso em 27 de mar. 2023.

que “a universalidade e complexidade do objeto tratado impedem a construção de uma definição unívoca e estanque”⁵⁵.

Outrossim, os expressivos números na quantidade de migrantes refletem em milhares de histórias, de sucessivos acontecimentos que culminaram na atração deles para o país. A fiscalização caso a caso, portanto, torna-se morosa.

Quanto ao aspecto de estar ou ser migrante, vale ressaltar que hoje utiliza-se o termo “migração” e “migrante” em preferência aos termos os termos “emigração” e “imigração”. Tendo em vista a dinamicidade⁵⁶ das migrações atualmente, como versa Maria Rita Fontes Faria:

Nenhum país pode ser considerado alheio ao fenômeno migratório contemporâneo. A antiga dicotomia entre países de origem („emissores“ de migrantes) e de destino („receptores“ de migrantes) cedeu lugar a um cenário em que os países experimentam, simultaneamente, ondas de emigração e imigração. A diversidade dos fluxos, cujas direções são crescentemente cambiantes, torna muitos países, ao mesmo tempo, pontos de origem, de trânsito e de destino dos migrantes.⁵⁷

Continua a autora:

Com isso, prevalece a tendência, na literatura e nos foros internacionais de negociação, de se utilizarem os termos „migrantes“, „migração“ e „migratório“, sem os prefixos (-e e -i). O abandono progressivo desses prefixos reflete a evolução substantiva do tema em si. A caracterização em país de origem, de trânsito e de imigração assume significativa volatilidade. Países tradicionalmente de emigração, inclusive PEDs, transformam-se em países de trânsito e de imigração, como no caso do Brasil⁵⁸.

Maria Rita traz à superfície a ideia de que, no mundo global atual, não há que se falar em uma única direção quando o objeto é o deslocamento dos indivíduos entre os países, não como nos séculos anteriores, o que ocorre no século XXI é multiplicidade de trânsitos e destinos dos migrantes que, por vezes, não fixam residência aonde chegam, tal dinamicidade trouxe a necessidade de retirar os prefixos, já citados, das palavras “emigração” e “imigração”.

Zamberlam observa a migração humana sob duas vertentes, a primeira seria o movimento de pessoas permanente ou temporário, por diversos motivos, já a segunda seria a migração resultado da desigualdade social e falta de direitos básicos no país de origem:

⁵⁵ PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE**: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. 2019 Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019. p. 16.

⁵⁶ *Idem. Ibidem.*

⁵⁷ FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015, pp. 37-38.

⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

O fenômeno da mobilidade humana é visto como um acontecimento do conjunto das realidades visíveis produzidas pela mobilidade humana ou mobilidade do estamento social e captado em diversas manifestações como migrações internas, imigrações, emigrações, fluxos migratórios, refugiados, exilados, desigualdade social, indicativo de um processo de degradação propriamente dito.⁵⁹

Sendo assim, a migração toma o papel de remédio para problemas sociais em que a população encontra pouco ou nenhum tipo de amparo. É, portanto, antagonista ao conforto, uma vez que determinado indivíduo, que se encontra em um ambiente que lhe proporciona direitos básicos e essenciais, como saúde, educação e alimento, dificilmente terá o estímulo para procurar outras zonas.

Desta forma, o migrante em razão da desigualdade social, acha-se em tamanho desconforto que enxerga na saída de seu país a possibilidade de viver o mínimo existencial.

Insta destacar que são vários os níveis de qualificação dos migrantes, não são somente os que possuem educação defasada que realizam a migração, o fenômeno da “fuga de cérebros” é um exemplo de pessoas muito bem qualificadas que não obtêm reconhecimento e valorização suficiente em seu país de origem, geralmente buscando isso em países globalmente desenvolvidos⁶⁰.

Contudo, em sua maioria, são os que possuem menor qualificação ou nenhuma, que acabam por ser facilmente levados aos trabalhos degradantes e irregulares.

Segundo Brito Filho, os migrantes são os mais atingidos pela problemática do trabalho em condição análoga à de escravo, tendo em vista que:

estão arregimentados em local distante de onde vai haver a prestação de serviços, sem perspectiva de realizar outra atividade que lhe garanta sua sobrevivência e sem o grau de conhecimento mínimo que lhes permita questionar, ainda que intimamente, as péssimas condições de trabalho que lhes são oferecidas. Mais. Por conta de todas essas condições, são altamente influenciáveis e, no mais das vezes, levados a crer que o que lhes é exigido é permitido por lei. Tudo isso leva a um estado em que sua vontade é anulada, “criando” situação de sujeição total que não se pode, sob qualquer pretexto, falar em outra condição que não a de clara violação à sua liberdade.⁶¹

Ponto importante para a compreensão do indivíduo migrante, é entender o estrangeiro. Este nas palavras de Aluísio Carvalho é “a pessoa que não é nacional e que não

⁵⁹ ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004. p.13

⁶⁰ FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2015, pp. 54-55.

⁶¹ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. A necessária proteção à dignidade da pessoa do trabalhador e ao labor digno ou decente. In: CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de (coords.). **Direitos humanos e relações sociais trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2017. p. 73.

tem a nacionalidade do Estado em que se encontra”⁶². Já aquele, segundo Pedro Nicoli “atravessa fronteiras nacionais (o que faz dele estrangeiro), mas com um intuito de permanência, o que modifica a substância de sua condição jurídica, em face de uma diferenciada inserção na sociedade”⁶³

Suzana Velasco argumenta que se um migrante continua a ser subordinado socialmente mesmo depois de se naturalizar, ainda será tratado como imigrante. Ela conclui que a posição na hierarquia social é o principal critério para definir um imigrante, não a falta de documentos formais de regularização.⁶⁴

É possível que uma estadia prolongada de um imigrante em um país possa proporcionar uma maior oportunidade de estabelecer relações mais estáveis e profundas com a sociedade receptora, em comparação com um estrangeiro. Sendo importante lembrar como fundamental o “o elemento temporal como fundamental para distinguir o itinerário estrangeiro do imigrante, atribuindo-se àquele o atributo de provisoriedade e, a este, o de definitividade”⁶⁵.

Ao permanecer por um período mais longo no país, o migrante tem mais tempo para se familiarizar com a cultura, aprender o idioma, compreender as normas sociais e estabelecer contatos mais duradouros com os membros da comunidade.

Essas interações podem levar a relações mais profundas e significativas, que podem se transformar em redes de integração social e ajudar o imigrante a se sentir mais conectado e integrado à nova sociedade.

Além disso, um período prolongado de residência em um país pode fornecer ao imigrante uma compreensão mais profunda dos valores culturais, normas e tradições da sociedade hospedeira, permitindo assim uma melhor adaptação e assimilação cultural.

No entanto, vale ressaltar que o estabelecimento de relações profundas e duradouras com a sociedade receptora não é necessariamente garantido por uma estadia prolongada. A

⁶² CARVALHO, Aluísio Dardeau de Apud NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011, p. 22.

⁶³ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011, p. 23.

⁶⁴ VELASCO, Suzana de Souza Lima. **Imigração na Europa: Uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 27.

⁶⁵ PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo**. 2019 p. 19. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019.

integração social depende de muitos fatores, incluindo a receptividade da sociedade receptora, a disposição do imigrante em se envolver e participar da comunidade, bem como as oportunidades disponíveis para fazer contatos e estabelecer conexões significativas.

De outra maneira, a imigração pode levar a conflitos entre os imigrantes e a sociedade receptora, principalmente quando eles não se adaptam às normas e códigos de convivência estabelecidos pela sociedade que os recebe. Há também, espaços de socialização que atuam de maneira excludente, inferiorizando o migrante, como por exemplo, a disputa por vagas no mercado de trabalho.

Mais um ponto a ser debatido, diz respeito à vulnerabilidade, ideia relacionada aos direitos humanos, que identifica grupos sociais ou indivíduos com base em premissas, nas quais constata-se uma maior necessidade de proteção.

Não se trata de uma condição inerente apenas aos migrantes, inclusive nem todos estão necessariamente nessa situação, porém o fato de estar longe de sua terra natal, bem como de suas referências sociais, tem a capacidade de potencializar uma situação de vulnerabilidade⁶⁶.

Esta, pode levar o indivíduo a extremos:

Quando um ser humano se encontra em situação de vulnerabilidade econômica, social, educacional, sem recursos para viver de forma digna, o que prevalece é o instinto de sobrevivência, as condições biológicas humanas, o não querer e nem poder passar fome se se sobrepõe, o viver como cidadão fica em segundo plano.⁶⁷

O sociólogo mexicano Jorge Bustamente defende que a natureza da vulnerabilidade, pode ser estrutural ou cultural. Na primeira, a vulnerabilidade deriva da estrutura do poder encontrada em qualquer sociedade. Quanto a perspectiva cultural, é a soma de variados aspectos, sendo alguns deles “estereótipos, preconceitos, racismo, xenofobia, ignorância e discriminação institucional”⁶⁸.

Outra grande potencializadora da vulnerabilidade do migrante, diz respeito a sua situação de regularidade para com o Estado. Valena Mesquita e Robson Heleno entendem que:

Cumprir destacar que estes trabalhadores são marcados por vulnerabilidades. Primeiramente, a vulnerabilidade social e econômica [...] ao chegar no Brasil,

⁶⁶ Vulnerabilidade e Exploração: Considerações sobre as Relações entre o Imigrante e o Trabalho em Condição Análoga à de Escravo In **Migração Trabalho e Direitos Humanos**. Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, Daniel Bertolucci Torres, Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho São Paulo: LTr, 2017 p. 118

⁶⁷ OLIVEIRA *et al*, 2015 *apud* SILVA, Marileide Alves da. Trabalho análogo ao de escravo e as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho: solução ou manutenção do problema. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 18, n. 31, p. 267.

⁶⁸ *Idem. Ibidem* p. 119.

deparam-se com a barreira do idioma e do isolamento social a que são submetidos, vez que costumam ter sua mobilidade controlada, somente podendo sair quando autorizados e mediante vigilância [...] vulnerabilidade no que diz respeito ao desconhecimento da legislação brasileira [...] não possuem conhecimento acerca dos direitos que possuem [...] têm medo de realizar denúncias, visto que, na maioria das vezes, estão no país ilegalmente⁶⁹.

Dessa forma, o migrante por estar em uma situação de vulnerabilidade, vê-se em uma posição na qual não é possível fazer escolhas e, assim, têm a sua mão de obra explorada, desempenhando atividades em condições degradantes, submetendo-se a essas condições, tendo em vista que surge como uma possibilidade de sobreviver.

Importante destacar que as condições degradantes não se resumem em consequências físicas, a carência de sobreviver causa também danos psicológicos, muitas vezes irreparáveis, o contexto de exploração leva-os a crer que não existe mais escapatória, toda forma de trabalho vira válida, ainda que extremamente insalubre e violento, ainda que vá de encontro aos seus princípios.

Nas palavras de Patricia Villen:

A eles se apresenta restritivamente outra porta, que se abre emergencialmente, muitas vezes de forma subterrânea, e é direcionada a setores altamente marcados pela precarização do trabalho, como a indústria têxtil, de abate de carnes, construção civil, serviço doméstico, entre outros. Embora haja uma expressiva demanda desses setores por essa força de trabalho, não representam um canal de entrada legalizado para esses imigrantes e refugiados.⁷⁰

Nota-se, portanto, a necessidade de um amparo legal e políticas públicas para a promoção da inclusão do migrante na sociedade, bem como um processo acessível de regularização de sua situação no país.

3.2 Marco normativo: a Lei nº 13.445/2017 e a regularidade do migrante.

Cada Estado possui legitimidade para exercer sua soberania, tendo a capacidade de impor a observância de critérios legais para que a situação do migrante seja considerada regular,

⁶⁹ MESQUITA, V. J.; SILVA, R. H. da. Migração e escravidão no Brasil: uma análise acerca da Lei no 13.445/2017. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. et al. (orgs.) **Escravidão: moinho de gentes no século XXI**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2019.

⁷⁰ VILLEN, Patricia. **Periféricos na periferia**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015. Minas Gerais. Simpósios de Pesquisas Pós-Graduadas 24. Minas Gerais: Anpocs, 2015. p. 3 Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/spg/spg24/9954-perifericos-na-periferia/file>. Acesso em: 22 mar de 2023

do ponto de vista jurídico. Por outro lado, quando a migração acontece por fora dos parâmetros legais, é considerada irregular.

Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), migrante irregular é aquele que ingressou ilegalmente no país, ou permanece após ter o visto vencido, e assim perdendo o *status* legal no país de acolhimento ou de trânsito⁷¹.

É válido lembrar, que essa discussão sobre regularidade, por muitas vezes, alimenta uma certa exclusão para com os migrantes. Como por exemplo, portais midiáticos com matérias sensacionalistas, que chamam a atenção da população, utilizando termos como “imigração ilegal”, influenciam a visão da sociedade, ao nível de verem o migrante como uma ameaça aos seus direitos. Ademais, independente da situação do migrante perante o ordenamento jurídico do país, ele já carrega consigo essa percepção negativa.

O estigma ao migrante é direcionado ainda ao quanto ele se diferencia da sociedade receptora, em questões de religião, socioculturais e outros. Quanto mais desconforto as diferenças causam, maior o escaneamento e o preconceito voltado aos recém-chegados.

Dessa forma, o processo de regularização da migração precisa ser compreendido a partir da ótica desigualdades que permeiam a sociedade capitalista na qual os imigrantes indocumentados ocupam a posição mais fragilizada e vulnerável da escala social⁷².

Nas palavras de Ana Paula:

A manutenção desse sistema, consubstanciado na estreita vinculação entre cidadania e nacionalidade, configura-se verdadeiro obstáculo à emancipação plena dos imigrantes, impedidos que estão de participar dos processos de tomada de decisões e de gozar de direitos políticos básicos.⁷³

A chamada Lei de Imigração, nº 13.445 de 24 de maio de 2017, surgiu revogando expressamente o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80).

Ligeiramente, é interessante observar como a lei anterior travava a migração, principalmente pelo seu caráter protecionista, já que em razão de ter sido elaborada durante o período de tensão da Guerra Fria, o Estatuto do Estrangeiro tinha como foco a segurança nacional.⁷⁴

⁷¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração**. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 5 mar 2023

⁷² PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE**: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019. p. 28

⁷³ *Idem. Ibidem.*

⁷⁴ MESQUITA, V. J.; SILVA, R. H. da. Migração e escravidão no Brasil: uma análise acerca da Lei nº 13.445/2017. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. et al.(orgs.) **Escravidão**: moinho de gentes no século XXI. Rio de Janeiro: Mauad X. 2019. p. 92.

Como exemplo do citado acima, afere-se em seu art. 16 que a migração era considerada fruto do objetivo de propiciar a mão-de-obra aos setores econômicos em geral, a fim de promover o desenvolvimento nacional.

Observa-se, portanto, o tratamento do migrante como objeto de labor, retirando suas características humanas. De forma pragmática, a permanência no Brasil era extremamente ligada ao trabalho.

Ainda em análise do referido estatuto, quanto à questão do migrante em situação irregular, a solução encontrada poderia ser a prisão (art. 6), a deportação (art. 57) ou, nos casos de alta periculosidade, a expulsão (art. 62). Sendo expressamente vedada a legalização dessa categoria de migrante, nos termos do art. 38 da mesma lei.

Quanto à lei nº 13.445/17, por ter sido elaborada à luz da Constituição Federal de 1988 trouxe diversas inovações ligadas a direitos fundamentais e garantias que não eram observados na norma antiga. Dentre elas, a proteção e acolhida aos migrantes, bem como a promoção do acesso a bens e serviços.

No que concerne à situação do migrante em situação irregular, a norma é expressa em adotar o princípio da não criminalização da migração, conforme art. 3, III, ou seja, a inovação relacionada a esses casos consiste na liberdade de locomoção do indivíduo, ainda que presente no país de forma ilegal.

O procedimento para tratar desses casos constitui-se na notificação do sujeito que, se ignorada, resultará em deportação, ainda assim é garantida a ele a ampla defesa e o contraditório, como regulamenta o art. 50 e subsequentes.

Outrossim, além de não criminalizar o migrante, a Lei de Migração trata expressamente das vítimas do trabalho escravo, garantindo certos direitos às mesmas. Como consta no art. 30, II, *in verbis*:

Art. 30. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: [...] II - a pessoa [...] g) tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória.

Assim, é possibilitada a autorização da residência no Brasil para tais vítimas, igualmente para eventuais violações de direito, se agravadas pela condição de migrante do sujeito passivo.

Ademais, promove a concessão de visto temporário para trabalho nas hipóteses de migrantes que recebam propostas de pessoas jurídicas em atividade no país, conforme art. 14, § 5, *in verbis*:

Art. 14 - § 5o Observadas as hipóteses previstas em regulamento, o visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente.

Com as referidas normas, é possível aferir a abrangência da lei na tentativa de combater o trabalho escravo, viabilizando a permanência do estrangeiro no país com fins de labor, nesta senda, associado à subsistência das famílias, de forma regulada e protegida, transpassando a responsabilidade para o Estado, objetivamente, fiscalizar as condições de recepção, assim como, na residência dessas pessoas no Brasil.

Percebe-se uma significativa mudança do revogado estatuto para a nova lei, essa sendo inegavelmente mais inclusiva. Porém, na prática, ainda existe muito caminho a ser percorrido no âmbito da efetividade da lei, tanto é que, vários são os casos em que os migrantes são encontrados de forma financeiramente precária e sem as devidas documentações.

Saindo de suas terras natais em busca de uma melhor qualidade de vida, eles, por vezes, sofrem mais aqui, em um país que internacionalmente é visto como o país da alegria, onde se encontra o carnaval mais animado mundo, faz-se de um local silencioso, sem músicas, sem festas, mas constantes violências silenciosas.

4 TRABALHADOR MIGRANTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO

O migrante enfrenta trabalhos precarizados e mal remunerados, levantando questões sobre o seu acesso a informações sobre direitos sociais e trabalhistas, conhecimento da língua portuguesa e paridade de oportunidades com trabalhadores nacionais.

Além disso, não ser familiarizado com a língua do país no qual passa a residir, os deixam ainda mais marginalizados e a falta de conhecimento acerca dos direitos que possuem os fazem pensar que não há a possibilidade de uma mudança.

4.2 O trabalho digno e a proteção do trabalhador migrante.

Gabriela Delgado afirma que “o trabalho, enquanto direito universal fundamental, deve fundamentar-se no referencial axiológico da dignidade da pessoa humana”, dessa forma “o trabalho não violará o homem enquanto fim em si mesmo, desde que prestado em condições dignas”. O valor da dignidade deve ser o sustentáculo de qualquer trabalho humano”, continua a autora “o direito ao trabalho não for minimamente assegurado, não haverá dignidade humana que sobreviva”.⁷⁵

Quanto a indisponibilidade de direitos, o doutrinador e magistrado Maurício Delgado aduz:

Absoluta será a indisponibilidade, do ponto de vista do Direito Individual do Trabalho, quando o direito enfocado merecer uma tutela de nível de interesse público, por traduzir um patamar civilizatório mínimo firmado pela sociedade política em um dado momento histórico. É o que ocorre, como já apontado, ilustrativamente, com o direito à assinatura de CTPS, ao salário mínimo, à incidência das normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador. Também será absoluta a indisponibilidade, sob a ótica do Direito Individual do Trabalho, quando o direito enfocado estiver protegido por norma de interesse abstrato da respectiva categoria. Este último critério indica que a noção de indisponibilidade absoluta atinge, no contexto das relações bilaterais empregatícias (Direito Individual, pois), parcelas que poderiam, no contexto do Direito Coletivo do Trabalho, ser objeto de transação coletiva e, portanto, de modificação real.⁷⁶

Continua o autor:

⁷⁵DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006, p 203.

⁷⁶ AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/---documents/publication/wcms_226229.pdf

Relativa será a indisponibilidade, do ponto de vista do Direito Individual do Trabalho, quando o direito enfocado traduzir interesse individual ou bilateral simples, que não caracterize um padrão civilizatório geral mínimo firmado pela sociedade política em um dado momento histórico. É o que se passa, ilustrativamente, com a modalidade de salário paga ao empregado ao longo da relação de emprego (salário fixo versus salário variável, por exemplo): essa modalidade pode se alterar, licitamente, desde que a alteração não produza prejuízo efetivo ao trabalhador.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente é fundamentada em três pilares, sendo eles:

a) gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; b) erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e c) fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade e democracia⁷⁷.

A escravidão e o tráfico de escravizados foram uns dos primeiros tópicos a serem debatidos e condenados no estabelecimento da Liga das Nações, que adotou a Convenção sobre a Escravatura em 1926, definindo a escravidão como “o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade”.⁷⁸ A Liga demandava dos Estados-parte o compromisso de impedir e reprimir o tráfico de pessoas e a promoção da abolição da escravatura.

Brito Filho sobre o trabalho decente versa:

é um conjunto mínimo de direitos do trabalhador que corresponde: à existência de trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais.

Ainda no âmbito internacional, a “declaração sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho” da OIT⁷⁹, a qual o Brasil é signatário, consolida um conjunto de direitos humanos relacionados à atividade laborativa, dentre eles: a igualdade, a liberdade e a dignidade pessoal. A declaração, em seu art 2º, permite aos trabalhadores a possibilidade de livre organização sindical e a garantia ao direito a negociação, além da previsão de eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório e a abolição do trabalho infantil.

No plano da OIT, o trabalho deve ser digno e devidamente remunerado, imensamente ligado ao que a Constituição Federal protege ao estabelecer em seu art. 1, inciso IV, os valores

⁷⁷ AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_226229.pdf

⁷⁸BRASIL. Decreto nº 58.563, de 1º de junho de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1966/D58563.html.

⁷⁹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/WCMS_336958/lang--pt/index.htm. Acesso em 04 de abr. 2023.

sociais do trabalho como princípios fundamentais, de aplicação imediata. Contudo, o que se afere na realidade são constantes e repetidas violações às normas internacionais e internas, as violências decorrentes do trabalho escravo contemporâneo percorrem variadas nuances que vão desde o desenvolvimento de problemas de saúde físico até o desenvolvimento de doenças mentais.⁸⁰

Quanto ao trabalho forçado ou obrigatório, a OIT elaborou a já citada Convenção nº 29 que trata especificamente dessas questões. Ratificada no Brasil e promulgada pelo Decreto nº 41.721 de 25 de junho de 1957⁸¹, prevê em seu art. 25 que as situações de trabalho forçado ilegal deverão ser passíveis de sanções penais, ademais, no art. 31 os ratificantes ficam obrigados a permitir que o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho elabore relatórios à Conferência Geral, a cada vez que julgar necessário, precisamente sobre a aplicação da Convenção em seu território.

Ainda que a convenção tenha sido elaborada em 1930 e ratificada nos anos 50 no Brasil, já tratando de problemas recorrentes, a fim de suprimir tais violações a condição humana, o que se observa é o contínuo ferimento à essas determinações com uma infinidade de casos trabalho análogo ao escravo que surgem a cada ano.

Não à toa, em 1957, a OIT se reúne novamente para elaborar a convenção N. 105 que trata da abolição do trabalho forçado, ratificada e promulgada no Brasil através do Decreto n. 58. 822 de 14 de julho de 1966, nela o objetivo é especificamente suprimir efetivamente a disseminação do trabalho escravo, por meio do trabalho forçado, de forma a aboli-lo.

A convenção ainda detalha, em seu art. 1º as hipóteses de trabalho forçado que os ratificantes são obrigados a eliminar, são elas: a) como medida de coerção, ou de educação política ou como sanção dirigida a pessoas que tenham ou expressem certas opiniões políticas, ou manifestem sua oposição ideológica à ordem política, social ou econômica estabelecida; b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c) como medida de disciplina de trabalho; d) como punição por participação em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

Vale salientar que ambas as convenções tratam apenas da generalidade, cabendo a cada país adotar as medidas que julgar imprescindíveis para sanar as ocorrências.

⁸⁰ RODRIGUES, Débhora Renata Nunes. MIGRAÇÃO E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO, *Revista Direitos, trabalho e política social*, CUIABÁ, V. 4, n. 7, p. 28-49, Jul./dez. 2018

⁸¹ BRASIL. Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2041.721%2C%20DE%2025,da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20do%20Trabalho.

O Brasil tardou no reconhecimento da existência das fortes heranças de séculos pelo qual passou com mão de obra escrava, sendo necessário o país ser demandado âmbito internacional, como já elucidado no trabalho.

Com o caso José Pereira, o Estado se comprometeu perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a adotar medidas, incluindo alterações legislativas para prevenir e punir outros casos. Sobre o caso, foi proferida decisão em agosto de 2022, na qual a Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acolheu recurso do Ministério Público Federal reconhecendo a imprescritibilidade de crimes contra a humanidade.

O trabalho digno é direito humano e fundamental, Gabriela Neves Delgado diz que “o trabalho deve ser compreendido em sua significação ética, ou seja, em qualquer época e cultura o homem deve afirmar e consolidar, [...] considerada qualquer hipótese e circunstância, sua condição de ser humano”⁸².

Observa-se que ao longo da história o desenvolvimento tanto no âmbito internacional, quanto no nacional, a melhoria da proteção ao trabalho, sendo somados direitos ao trabalhador em suas relações e formas eficazes de pleiteá-los. Sobre esse desenvolvimento, versa Jorge Luiz Souto Maior:

A integração de normas trabalhistas às Constituições, a criação de um órgão internacional voltado às relações de trabalho (a OIT) e o reconhecimento mundial da importância de se minimizarem os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho humano [...] fornecem vasto campo para a criação de um novo direito, um direito que teria como função tornar a preocupação com a justiça social mais que um compromisso moral, com limitação dos interesses econômicos; e um dever do Estado.⁸³

Continua o magistrado:

Um direito promotor da justiça social, sendo que esta, a justiça social, tanto pode ser vista do ponto de vista ético (ou filosófico) que reflete a preocupação de preservar a integridade física e moral do trabalhador; quanto do ponto de vista econômico, que se traduz como a busca de uma necessária distribuição equitativa da riqueza produzida⁸⁴

É importante destacar que a proteção do ordenamento jurídico sobre o trabalhador não se diferencia a depender da sua nacionalidade, tendo em vista que os direitos e garantias fundamentais constantes na Carga Magna, aplicam-se para além dos nacionais,

em prestígio aos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, o trabalhador imigrante, independentemente da nacionalidade e do seu status migratório, tem direito a condições seguras e saudáveis de trabalho, a uma

⁸²DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006, p. 236.

⁸³ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **A Fúria**. Revista LTr, São Paulo, v. 66, n. 11, p. 1287-1309, 2002, p.1289

⁸⁴ *Idem. Ibidem*.

remuneração condigna e suficiente para proporcionar um padrão de vida adequado para si e sua família, à limitação razoável da jornada laboral, ao lazer, entre outros⁸⁵

Assim sendo, conclui-se que a proteção ao trabalhador imigrante decorre da sua própria humanidade. Ainda sobre a não distinção do trabalhador nacional para o migrante, podemos citar o princípio da não discriminação, que nas relações empregatícias manifesta-se em

três momentos distintos: na admissão do trabalhador; no curso do contrato de emprego e em sua dissolução. Além disto, pode ser direta ou indireta (quanto a esta última, na relação de trabalho, requisitos de admissão como peso, altura, idade, ou através de conceitos imensuráveis, como capacidade de liderança e agressividade).⁸⁶

Ainda nas palavras de Pedro Nicoli:

Em relação ao trabalho prestado por imigrantes, a discriminação poderá se manifestar, no campo do Direito, por meio de requisitos de política migratória [...] reservas de mercado (percentuais de postos de trabalho destinados a nacionais em detrimento de estrangeiros) e pela não concessão de todas as garantias jurídicas ao trabalho executado, sobretudo na situação de irregularidade migratória.

Alguns migrantes conseguem superar a barreira imposta contra eles durante o processo de migração, ao encontrar uma rede de apoio ou um lugar de estabilidade para se desenvolverem. Esses não são maioria, pelo contrário.

Em seu art. 461, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) explicita e reforça a igualdade entre os trabalhadores, quando versa que “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.”⁸⁷

Porém, infelizmente a realidade, na prática, diverge bastante dessa igualdade e promoção de direitos que a doutrina e jurisprudência versam. Neste sentido, bem elucida a fala de Neide Patarra, “o desafio consiste em transformar os compromissos assumidos internacionalmente em programas práticos sociais condizentes com a articulação proposta – síntese das contradições, conflitos e antagonismos intensificados neste início de século”.⁸⁸

⁸⁵ PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE**: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019. p 143.

⁸⁶ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro*. São Paulo: LTr, 2011, p. 44

⁸⁷ BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

⁸⁸ PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo**: volumes, fluxos, significados e políticas. In: São Paulo em perspectiva, ano 19, nº 03. São Paulo: Fundação Seade, jul./set. 2005, pp. 23-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>>.

Ademais, o receio do “perfil repressivo de algumas autoridades públicas e de uma eventual represália de seus empregadores” impedem os migrantes de procederem com uma denúncia quando estão passando por uma situação análoga ao trabalho escravo, dificultando assim, a sua proteção e o combate do ilícito.

Pode-se pensar que, por estarem em um grande centro urbano, bastaria a esses trabalhadores abrirem as portas das oficinas e procurarem ajuda, denunciarem as explorações aos órgãos públicos, buscarem a Justiça. Mas não é essa a realidade. Esses trabalhadores, em sua maioria em condição ilegal no país, contam contra si com uma rede intrincada de aspectos que os impede de lutar por sua dignidade: o medo de serem deportados, a miséria de seu país de origem, a necessidade de sobrevivência, o resguardo de sua integridade física⁸⁹

4.2 Combate ao trabalho em situação análoga ao de escravo.

Configurada a conduta ilícita, o autor poderá sofrer sanções tanto da seara civil, quanto da criminal, “abrangendo medidas punitivas e reparatórias em face dos beneficiários do crime”.⁹⁰ Dentre elas, as seguintes:

O pagamento de multas administrativas. Ocorrendo uma operação e nela sendo constatada submissão dos trabalhadores à situação análoga à de escravo, será lavrado o auto de infração, tendo em vista o descumprimento da legislação trabalhista, assim multando os responsáveis.

Inclusão do nome na lista suja do trabalho escravo. Lista suja é uma relação nacional, com os nomes dos empregadores envolvidos em práticas de trabalho escravo contemporâneo. A inclusão ocorre após decisão administrativa. O nome da pessoa, podendo ser tanto física, quanto jurídica, permanece na lista durante dois anos ou até que sejam regularizadas as condições de trabalho.

Reclusão de dois a oito anos. Trata-se da responsabilização criminal, a pena está prevista no art. 149 do Código Penal, que além da multa, também incidirá a pena correspondente à violência. A pena ainda poderá ser aumentada pela metade, caso o crime seja cometido contra:

I - contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)⁹¹.

⁸⁹ VALENTE, Denise Pasello. **Tráfico de pessoas para exploração do trabalho: trabalhadores em situação análoga à de escravo em São Paulo**. São Paulo: LTR, 2012, p. 39.

⁹⁰CAVALCANTI, Tiago Muniz. **COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO** IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

⁹¹ BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

Sobre as condenações criminais, o procurador do Ministério Público do Trabalho, Tiago Muniz afirma:

Infelizmente, ainda precisamos evoluir nessa vertente da política repressiva. É que não são muitas as condenações criminais, apesar das dezenas de milhares de resgates ocorridos somente nas duas últimas décadas. A despeito do alto número de absolvições, o cenário vem evoluindo de forma paulatina, muito decorrente do forte engajamento do Ministério Público Federal, que passou a acompanhar as fiscalizações, os resgates e os atos imediatamente posteriores, produzindo provas e colhendo os elementos necessários à instrução processual penal.⁹²

Indenização pelo dano moral provocado à vítima. A situação precária e degradante na qual a vítima é submetida gera a ela marcas “à liberdade, à intimidade, à honra, à imagem, à liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão, à liberdade de locomoção, à integridade física e psíquica”⁹³, gerando, assim, um dano extrapatrimonial, nesses casos o dano à dignidade da vítima é tão forte, que não se faz necessário nem a comprovação em juízo.

Cassação do cadastro de contribuinte do Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)⁹⁴. Conforme a lei nº 14.946, de janeiro de 2013, do Estado de São Paulo, *in verbis*:

Art 1º - Além das penas previstas na legislação própria, será cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual intermunicipal e de comunicação (ICMS) dos estabelecimentos que comercializarem produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de escravo.

Sendo assim, a empresa que explorar direta ou indiretamente mão de obra proveniente de trabalho análogo à de escravo, estará impedida de exercer atividade econômica pelo prazo de 10 anos, conforme art. 4º, § 1º da lei supracitada.

A lei paulista acerta ao ter como intuito “buscar a responsabilização em cadeia”⁹⁵, representando um grande avanço e inclusive influenciando outros estados a editarem leis parecidas.

⁹²CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

⁹³ *Idem. Ibidem.*

⁹⁴ Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

⁹⁵CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

Com a Emenda Constitucional nº 81, de 2014, a Carta Magna passou a prever a desapropriação como caráter sancionatório no caso de comprovação de trabalho escravo, *in verbis*:

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.⁹⁶

Como versa a lei, sendo o caso de exploração em área rural, essa será desapropriada para fins de Reforma Agrária. Já caso a exploração seja em áreas urbanas, o terreno se destinaria para programas de habitação popular.

Apesar da destinação desses imóveis ser interessante para cumprir a função social da propriedade, ao atender anseios da parcela da população que necessita desses programas. Porém, cumpre-se ressaltar que caso o legislador tivesse optado a destinar parcelas das terras as vítimas, promoveria a elas uma ótima condição de reinserção social.

Nas palavras de Gabriela Pavan:

Destaca-se a supressão da preferência na destinação da terra ao assentamento dos que trabalhavam naquela propriedade. É preciso analisar se seria realmente benéfico deixar de lado tal preferência, destinando as terras ao plano nacional de reforma agrária. O assentamento dos colonos que foram escravizados colaboraria para, além da diminuição da concentração fundiária, a reinserção social daqueles e a recuperação da sua dignidade. Atingiria, portanto dois elos da cadeia: o proprietário e o trabalhador escravizado.⁹⁷

Como já dito, possui um caráter sancionatório, inclusive, não gerando direito de indenização ao proprietário, nas palavras de Kiyoshi Harada:

[...] a gravidade desse tipo de “disfunção social” da propriedade, a Constituição impôs ao proprietário a perda dessa propriedade, sem direito a qualquer indenização e independentemente das sanções penais advindas de sua conduta. Tal hipótese é conhecida como desapropriação-sanção. O Estado sanciona o infrator, sendo a desapropriação o instrumento hábil para transferir as glebas confiscadas a ele, para que seja dada a destinação prevista na Constituição.

Esta sanção representa grande avanço no combate ao trabalho análogo ao de escravo, porém, é válido lembrar que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 438, que originou a Emenda nº 81, foi apresentada pelo então senador Ademir Andrade no ano de 1999

⁹⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

⁹⁷ Rissato, Gabriela Pavan. **TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS NO COMBATE À SERVIDÃO POR DÍVIDAS NA ZONA RURAL**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília - Faculdade de Direito. Brasília, 2013

e só entrou em vigor 15 anos depois com sua publicação no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2014.

Essa morosidade foi criticada no relatório do Conselho de Direitos Humanos referente à missão realizada no Brasil em 2010, que cobrou a aprovação da PEC⁹⁸. Ademais, sua efetivação se encontra limitada, tendo em vista que ainda não há lei específica a regulando, mesmo após quase uma década desde sua publicação.

Já no âmbito da esfera trabalhista, há a possibilidade de indenização pelo dano moral coletivo, Tiago Muniz resume bem o conceito:

Trata-se de uma violação extrapatrimonial com repercussões difusas, através do desregramento jurídico, fazendo surgir um sentimento de indignação coletiva. Esse abalo na esfera moral da coletividade, que afeta valores coletivos, tal qual o direito humano fundamental de não ser submetido à escravidão, exige reparação.⁹⁹

O Procurador do Trabalho continua, informando que o valor da indenização será arbitrado observando “grau de culpa do agente, repulsa social da conduta lesiva, extensão do dano à coletividade, capacidade econômica do responsável pela conduta ilegal e [...], a finalidade punitivo-pedagógica da indenização.”¹⁰⁰

Ainda na seara do Direito do Trabalho, o explorador também será condenado ao pagamento de verbas trabalhistas devidas, pois ao submeter a vítima a condição de trabalho escravo contemporâneo, o empregador não cumpre com suas obrigações, dessa forma, restam asseguradas integralmente as verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, durante todo tempo pelo qual durou a exploração.

Exemplificando a sanção trabalhista, pode-se discorrer acerca da sentença do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que condenou a Anfa Indústria e Comércio de Confecções LTDA por submeter migrantes bolivianos à condição análoga à de escravo. Program é o nome fantasia da empresa, uma rede com 33 lojas físicas em São Paulo, que trabalha com roupas *plus size*.

O resgate ocorreu no mês de setembro de 2020, fiscais encontraram três trabalhadores em condições análogas à escravidão no bairro Casa Verde Alta, em São Paulo. Entre os trabalhadores resgatados, havia uma mulher grávida de sete meses. Os trabalhadores cumpriam

⁹⁸ Relatora da ONU: impunidade pode ofuscar exemplo brasileiro. **ReporterBrasil** Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2010/09/relatora-da-onu-impunidade-pode-ofuscar-exemplo-brasileiro/>. Acesso em 10 de abr. 2023.

⁹⁹ CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

¹⁰⁰ *Idem. Ibidem*

jornadas de 16 horas ao dia, com um salário valendo abaixo do piso da categoria, e ainda eram obrigados a manter o local em que trabalhavam e até a comida que recebiam.

Representados pelo MPT, os trabalhadores requereram:

o recebimento de verbas contratuais e rescisórias; diferenças salariais; vale compra; multa normativa por ausência de registro na carteira profissional; depósitos do fundo de garantia acrescidos da multa de 40%; horas extras com reflexos; indenização por danos morais.¹⁰¹

Enquanto a empresa alegou que:

[...] manteve contrato de prestação de serviços com a oficina de [...] que era responsável pelos recolhimentos sociais e previdenciários estabelecendo a proibição do contratado em utilizar de mão de obra infantil ou escrava. No ano de 2020 contratou a Oficina [...] apenas quatro vezes e diante da constatação das irregularidades rescindiu o contrato de prestação de serviços. Nega a existência de relação de emprego com os demandantes, sustentando a licitude da terceirização.¹⁰²

A juíza que proferiu a sentença, a magistrada Cristina de Carvalho Santos, já inicia sua decisão reconhecendo a ocorrência de trabalho escravo, acompanhando o relatório da equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho, que incluía:

i) jornada exaustiva (em média 16h/diárias); ii) impedimento de acesso à saúde (por meio de ameaça de corte nos pagamentos ou exigência de compensação de horas para realização de pré-natal); iii) forte indício de servidão por dívida (venda irregular de bem com descontos na remuneração da família); e iv) condições degradantes (corte nas refeições e restrição à cozinha da casa).¹⁰³

Quanto à alegação da demandada de que ela só teria um contrato de prestação de serviços celebrado com um microempresário, a juíza expôs que toda a atividade da costura era direcionada exclusivamente para a empresa e que esse suposto microempresário não possuía poder econômico, fundo de comércio ou carteira de clientes. Assim, concluiu a nulidade do contrato de prestação de serviços e deferiu o pedido de reconhecimento da relação de emprego dos reclamantes.

Ademais, acatou o pedido de corrigir a diferença salarial do que recebiam, para o piso da categoria, tendo um aumento de quase 50% (cinquenta por cento). E condenou a demandada ao pagamento de indenização morais aos demandantes tendo em vista a "condição de vítimas

¹⁰¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª região) **Recurso Ordinário Trabalhista nº 1001106-70.2020.5.02.0010**. RECORRENTE: BRIYAN GUSTAVO VARGAS; GABRIELA GEMA CHURA HINOJOSA; MARISOL CALLIZAYA COPA RECORRIDO: ANFA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTD. Relator: Paulo Sergio Jakutis.

¹⁰² *Idem. Ibidem.*

¹⁰³ *Idem. Ibidem.*

resgatadas, de situação que configura redução de trabalhador à condição análoga à de escravo, bem como por conta das condições degradantes a que eram submetidos.”¹⁰⁴

A magistrada ainda afirmou que “as evidências registradas pela fiscalização dispensam qualquer relato por partes dos trabalhadores.”¹⁰⁵ E discorreu sobre a condição no qual foram encontrados os trabalhadores:

- Os reclamantes indocumentados e com situação migratória irregular laborando sem registro.
- A reclamante [...] grávida à época no 7º mês companheira do reclamante [...] vivendo com suas três filhas, [...] (12 anos de idade), [...] (7 anos de idade) e [...] (1 ano e 7 meses de idade), num quarto adaptado da antiga cozinha no pavimento térreo, em cômodo contíguo e na mesma casa onde está instalada a oficina de costura.¹⁰⁶

Extrai-se desse trecho, a importância da situação jurídica dos migrantes no ordenamento brasileiro. Como já dito anteriormente, a Lei de Migração foi um grande passo para a promoção da migração regular, mas essa ainda necessita de uma maior eficiência. No presente caso, as vítimas estavam em situação irregular, amplificando sua vulnerabilidade e os marginalizando da sociedade.

Quanto ao local onde a família foi encontrada, da descrição da juíza, nota-se que a qualidade do recinto era precária, tendo em vista que no mesmo cômodo convivem três crianças e seus pais, estando a mãe, inclusive, em seu trimestre final de gestação.

Continua a juíza:

- Exposição dos trabalhadores a jornadas exaustivas.
- Condição de servidão, visto que os descontos efetuados na remuneração a título de aquisições de produtos e serviços (ultrassom) por parte dos trabalhadores como consta no caderno informal de contabilidade, inclusive reembolso de valor com passagem de ônibus, bem como a inexistência de recibo de pagamento de salários levando à ilação de que os demandantes não receberam os salários decorrentes da prestação de serviços e permaneciam vinculados à reclamada.¹⁰⁷

A Carta Magna preceitua em seu art. 7º, XII, que a jornada de trabalho não excederá oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. A CLT segue no mesmo sentido, definindo o mesmo limite diário, salvo em casos de atividades e jornadas específicas. É válido lembrar que a lei versa sobre a possibilidade de hora extra de trabalho, mas o limita até mais duas horas,

¹⁰⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª região). **Recurso Ordinário Trabalhista nº 1001106-70.2020.5.02.0010**. RECORRENTE: BRIYAN GUSTAVO VARGAS; GABRIELA GEMA CHURA HINOJOSA; MARISOL CALLIZAYA COPA RECORRIDO: ANFA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTD. Relator: Paulo Sérgio Jakutis.

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁰⁶ *Idem. Ibidem.*

¹⁰⁷ *Idem. Ibidem.*

devendo essas serem remuneradas com, no mínimo, com 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal trabalhada.

Pois bem, as vítimas trabalhavam diariamente o dobro da jornada normal máxima e, se tivéssemos como parâmetro as dez horas, nessas incluídas as duas horas extras permitidas, eles ainda laboraram seis horas a mais, ou seja, claramente se configurando como uma jornada exaustiva e desumana.

Já a condição de servidão se configurava, pois, as cobranças mantiveram as vítimas vinculadas ao trabalho e retinham o salário delas, que continuavam a fornecer seus serviços como forma de quitação.

A empresa exploradora foi condenada em mais de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais, constando nesse valor tanto verbas remuneratórias, como salários e horas extras, quanto verbas de natureza indenizatória, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Mesmo após a condenação da empresa em 2ª instância, até novembro de 2022 ainda não havia sido efetuado o pagamento para as vítimas. A empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), questionando o valor fixado em indenização.

Passados mais de dois anos desde o resgate e sem receber os valores no qual têm direito, conforme a sentença exposta acima, devido à sua condição financeira e falta de oportunidades de emprego dignas, o casal vítima já se encontra novamente trabalhando com a costura e em turnos exaustivos e estão sobrevivendo de doações.

Em entrevista ao Repórter Brasil¹⁰⁸, a família expôs a sua realidade, que acaba voltando a ser de mais uma série de violações. Após serem resgatados, tiveram que ficar separados, pois não havia locais de acolhimento em que aceitassem toda a família. Assim, o pai ficou separado durante dois meses da esposa, gestante à época, e de suas filhas.

Ainda na entrevista, a auditora Lívia Ferreira afirma que o atendimento prestado aos envolvidos foi célere e com o melhor intuito, porém os equipamentos não responderam à altura. Além do mais, acrescentou que a repressão ao trabalho escravo funciona bem no Brasil, porém elucida que o pós resgate precisa de fortalecimento.

Os migrantes bolivianos que trabalham em pequenas confecções de costura a “realidade é permeada por intrincadas teias de terceirizações e subcontratações e por relações

¹⁰⁸ PENHA, Daniela. Dois anos após resgate do trabalho escravo, família boliviana volta para jornada exaustiva. **Repórter Brasil**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/11/dois-anos-apos-resgate-do-trabalho-escravo-familia-boliviana-volta-para-jornada-exaustiva/>

laborais contraditórias e singulares, conformadas por laços de parentesco e exploração”¹⁰⁹, como pode-se notar no caso acima citado.

Apesar da gama de sanções que o ordenamento jurídico brasileiro vem introduzindo, a efetividade delas não estão conseguindo impedir os casos de trabalho análogo à de escravo. Ademais, mesmo possuindo um marco normativo avançado, que promove a regularização da situação migrante, a Lei de Migração ainda não é acessada pela parcela da população que dela mais necessita.

¹⁰⁹ PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE**: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. 2019. 203p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019. p. 145

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, longe de esgotar o tema, analisou e conceituou brevemente as ideias centrais debatidas. Primeiramente, perpassando com uma breve descrição da história envolvendo o tema, notou-se como se deu a escravidão ao longo do tempo em algumas sociedades antigas, bem como verificou-se o papel que os escravos possuíam nelas e a limitação de seus direitos

Aproximando o texto à realidade do Brasil, constatou-se, novamente, os horrores da escravidão no país, no qual perdurou por séculos e fizeram várias vítimas. Percebe-se que inicialmente os colonizadores europeus transformaram os povos indígenas em escravos e posteriormente, com o tráfico negreiro, trouxeram várias pessoas do continente africano para servir de mão de obra superexplorada, utilizando a vida humana apenas como um meio para se chegar a um fim.

Durante esse período, não houve preocupação em efetivar direitos e garantias para essas pessoas, tendo em vista o processo de coisificação pelo qual elas eram submetidas, sendo tidas perante o sistema jurídico apenas como uma propriedade.

A escravidão não foi aceita de bom grado e, por anos, os povos explorados se organizaram em revoltas contra a sistema escravista. A proibição da escravidão indígena veio mais cedo com a lei Marquês de Pombal (1755), já a dos povos afro-brasileiros ainda durou mais de um século. Com o capitalismo já não mais tendo interesse na escravidão, os países desenvolvidos iniciaram a cobrança ao Brasil para a abolição da escravatura, que gradualmente foi ocorrendo com a produção de leis como Aberdeen (1845), Eusébio de Queirós (1850), do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885).

Após essas mudanças legislativas, não tão efetivas na realidade, finalmente com a assinatura da Lei Áurea, a escravidão era abolida do Brasil. Assim, pondo um fim nas atrocidades de um sistema que perdurou por séculos no país.

Porém, as marcas desse sistema ainda perduram no país até hoje, principalmente pela falta de políticas públicas à época para a inclusão das pessoas que se tornaram livres.

O trabalho em condição análoga à escravidão, ficou claro ao longo do presente estudo que é um atentado a dignidade do homem e que, infelizmente, ainda é uma realidade no país, no qual empregadores se aproveitam da vulnerabilidade e necessidades das pessoas para abusar de seus serviços.

O reconhecimento da existência desse mal foi tardio, pois o Estado só aceitou essa realidade após ser denunciado, em 1995, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o

caso José Pereira. Depois de ser demandado internacionalmente, o Brasil se comprometeu com a corte a combater o trabalho análogo à escravidão. Houve melhoria no dispositivo penal que tipifica o crime, mas sua aplicabilidade por vezes fica limitada.

Atualmente, o Brasil continua sendo o destino de vários fluxos migratórios. Os migrantes chegam às terras brasileiras por variadas razões, mas em sua grande maioria, vêm em busca de melhores condições de vida das que tinham em seus países. Porém, ao chegarem aqui, sua situação tende a piorar. Estar em um país onde não se tem familiaridade com a língua e nem com as leis protetivas do cidadão os põe em uma situação de vulnerabilidade gritante.

Ao realizar uma breve comparação entre o Estatuto do Estrangeiro, último marco normativo que travava os migrantes antes das normas atuais da Lei de Migração, notou-se no presente estudo que houve uma grande melhora no âmbito normativo na forma em que o Estado vê o migrante. Antes os que eram vistos pelo estatuto como apenas uma mão de obra, agora possuem normas que visam a sua proteção.

De certa forma, esses avanços legais foram importantes, mas não suficientes, pois ao analisar os dados e notícias ao longo do trabalho, a situação dos migrantes ainda é preocupante e de constante violência, pela falta de conhecimento de como proceder com denúncias o que acaba os silenciando.

Assim, é preciso que o Estado facilite o processo de denúncia destes casos, promovendo formas acessíveis de contato com as autoridades responsáveis pelo combate e fiscalização, e utilize meios de divulgação para dar ciência à população quais são as maneiras de denunciar os casos.

As medidas sancionatórias brasileiras também apresentaram melhorias, já havendo possibilidade de condenações nas esferas civil, penal e trabalhista. Mas a aplicação delas não vem sendo realizada da melhor maneira, fazendo com que ainda haja muita impunidade e, conseqüentemente, a repetição dos casos.

Afere-se que nas condenações trabalhistas, apesar da celeridade processual, característica da Justiça do Trabalho, o principal problema se encontra na execução desses valores, para que haja o devido pagamento às vítimas.

Assim, importante é o papel do MPT, fiscalizador da legislação trabalhista. O órgão precisa sempre estar atento aos casos de trabalho análogo à escravidão, fazendo-se presente desde a própria fiscalização até a devida efetivação das sanções.

Destacando a Emenda Constitucional nº 81, que seria uma boa forma de combate, tendo em vista que geraria conseqüências no bem mais pertinente para o explorador, sua propriedade. Além do mais, beneficiaria a população, pois as áreas seriam utilizadas para fins

de programas que atendem as parcelas necessitadas. Mas, ainda não existe lei que regulamente a aplicação dessa sanção, então é preciso que o legislador veja essa demanda com urgência e garanta, também, o acesso das vítimas aos programas beneficiados pela desapropriação.

Faz-se necessário continuar o debate sobre o combate ao trabalho análogo à de escravo, bem como que haja uma maior fomentação da participação do migrante na sociedade e que o Estado viabilize o acesso a direitos básicos para essa parcela da população. Pois, notou-se que a exclusão e marginalização desses indivíduos, influencia diretamente na vulnerabilidade desses, deixando-os suscetíveis a trabalhos degradantes.

6. REFERÊNCIAS

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_226229.pdf

ALESSI, Gil. **Exclusivo:** Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo. Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/03/exclusivo-festival-lollapalooza-e-flagrado-com-trabalhadores-escravizados-em-sao-paulo/>. Acesso em 15 de fev. 2023.

AMADO, Talita Dartibale. Vulnerabilidade e Exploração: Considerações sobre as Relações entre o Imigrante e o Trabalho em Condição Análoga à de Escravo In JÚNIOR, Antonio Rodrigues de Freitas, TORRES, Daniel Bertolucci, BOUCINHAS, Jorge Cavalcanti Filho. **Migração Trabalho e Direitos Humano**. São Paulo: LTr, 2017

BRASIL. **CONSTITUÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 09 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm

BRASIL. **Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2041.721%2C%20DE%2025,da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20do%20Trabalho.

BRASIL. **Decreto nº 58.563, de 1º de junho de 1966.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1966/D58563.html

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inq 3412**, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-222 DIVULG 09-11-2012 PUBLIC 12-11- 2012 RTJ VOL-00224-01 PP-00284

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª região) **Recurso Ordinário Trabalhista nº 1001106-70.2020.5.02.0010**. RECORRENTE: BRIYAN GUSTAVO VARGAS; GABRIELA GEMA CHURA HINOJOSA; MARISOL CALLIZAYA COPA RECORRIDO: ANFA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTD. Relator: Paulo Sergio Jakutis.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. A necessária proteção à dignidade da pessoa do trabalhador e ao labor digno ou decente. In: CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de (coords.). **Direitos humanos e relações sociais trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2017

CAVALCANTI, Tiago Muniz. COMO O BRASIL ENFRENTA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO IN SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Semiliberdade e sub-humanidade nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas: o capitalismo e a metamorfose das ausências** / Tiago Muniz Cavalcanti. – Recife, 2019. 331

CONFORTI, L. P. **A interpretação do conceito de trabalho análogo ao escravo no Brasil: o trabalho digno sob o prisma da subjetividade e a consciência legal dos trabalhadores**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/25668-a-interpretacao-do-conceito-de-trabalho-analogo-ao-escravo-no-brasil-o-trabalho-digno-sob-o-prisma-da-subjetividade-e-a-consciencia-legal-dos-trabalhadores><https://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/hots52m3/3j49L833n6n8bR0v.pdf>.

COWELL, F. R. “The Ancient Life. The Greece and Rome of everyday”. In: **Greece and Rome: The Birth of Western Civilization**. GRANT, Michael (ed.). Londres: Thames and Hudson, 1986

CRETELLA JÚNIOR, José. **Direito Romano Moderno: introdução ao Direito civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999

CUNHA, Rodrigo Sanchez. **Manual de direito penal: parte especial (arts 121 ao 361)** 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: JusPODIVM, 2020

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006

Empresário é preso por manter 150 trabalhadores em condições análogas à escravidão em Bento Gonçalves, diz polícia. **G1** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/23/empresario-e-preso-por-manter-150-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-bento-goncalves-diz-policia.ghtml>. Acesso em 15 de fev. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2015

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. 5ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008

FERREIRA, José Ribeiro. **Civilizações Clássicas I: Grécia**. Lisboa: Universidade Aberta, 1996

MARKO, Katia. **Operação conjunta deflagra trabalho análogo à escravidão na colheita da uva no RS**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/02/23/operacao-conjunta-deflagra-trabalho-analogo-a-escravidao-na-colheita-da-uva-no-rs>. Acesso em 15 de fev. 2023.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**. Origens da autocracia burguesa. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997

MESQUITA, Lucas Isaac Soares. **TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NAS PEDREIRAS DA ZONA DA MATA ALAGOANA**: precarização do trabalho e análise das legislações trabalhista e minerária brasileiras. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2016.

MESQUITA, V. J.; SILVA, R. H. da. Migração e escravidão no Brasil: uma análise acerca da Lei no 13.445/2017. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. et al.(orgs.) **Escravidão**: moinho de gentes no século XXI. Rio de Janeiro: Mauad X. 2019.

MIRÁGLIA, Livia Mendes Moreira. Trabalho Escravo Contemporâneo — conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2011
In. VALENTE, Denise Pasello. **Tráfico de pessoas para exploração do trabalho**: trabalhadores em situação análoga à de escravo em São Paulo. São Paulo: LTR, 2012

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011

NORONHA, Edgard Magalhães. **Código penal brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1958. v. 5, 1.ª e 2.ª partes

OBMIGRA. **2011-2020**: uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang-pt/index.htm. Acesso em 15 de fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração**. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

Panorama Geográfico Geral, Alagoas. **SmartLab**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/27?dimensao=prevalencia>. Acesso em 15 de fev. 2023.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo**:

volumes, fluxos, significados e políticas. In: São Paulo em perspectiva, ano 19, n° 03. São Paulo: Fundação Seade, jul./set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/CzHCXvFvRzrh6nQ899xvzqK/abstract/?lang=pt#:~:text=Os%20movimentos%20migrat%C3%B3rios%20internacionais%20a,de%20especula%C3%A7%C3%A3o%20e%20iniciativas%20governamentais.>

PAULI, Eridiana. FIDELES, Érika Rejane R. S. ARANDA, Pâmella da Silva. **MIGRAÇÃO E TRABALHO ESCRAVO NA CONTEMPORANEIDADE**. Revista Latino-Americana de Estudos Científico - RELAEC. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/index>

PENHA, Daniela. Dois anos após resgate do trabalho escravo, família boliviana volta para jornada exaustiva. **Repórter Brasil**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/11/dois-anos-apos-resgate-do-trabalho-escravo-familia-boliviana-volta-para-jornada-exaustiva/>

PINTO, Ana Paula da Silva. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR IMIGRANTE: Um estudo de caso sobre a imigração boliviana nas oficinas de costura da cidade de São Paulo**. 2019. 203p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas - Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2019.

Por que dobrou o número de trabalhadores imigrantes resgatados do trabalho escravo no Brasil?. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/por-que-dobrou-o-numero-de-trabalhadores-imigrantes-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil.> Acesso em 27 de mar. 2023.

Relatora da ONU: impunidade pode ofuscar exemplo brasileiro. **Repórter Brasil** Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2010/09/relatora-da-onu-impunidade-pode-ofuscar-exemplo-brasileiro/>. Acesso em 10 de abr. 2023.

RODRIGUES, Débhora Renata Nunes. **MIGRAÇÃO E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO**, **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 4, n. 7, p. 28-49, Jul./dez. 2018

RISSATO, Gabriela Pavan. **TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS NO COMBATE À SERVIDÃO POR DÍVIDAS NA ZONA RURAL**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília - Faculdade de Direito. Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5849/1/2013_GraziellaPavanRissato.pdf

SAKAMOTO, Leonardo. **Nova escravidão é mais vantajosa para patrão do que a da época colonial**. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>

SANTOS, Joel Rufino dos. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SENTO-SÉ. Jairo Lins de Albuquerque. **Trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001,

SILVA, Marileide Alves da. Trabalho análogo ao de escravo e as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho: solução ou manutenção do problema. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 18, n. 31

SUDANO, Suliane. Escravizados contemporâneos: a busca pela dignidade. **Revista Laborare**. Ano V, Número 8, Jan-Jun/2022, pp. 30-50. ISSN 2595-847X.
DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-123>

TAVARES, António Augusto. **Civilizações Pré-Clássicas**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995

VELASCO, Suzana de Souza Lima. Imigração na Europa: Uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional. Campina Grande: EDUEPB, 2014

VILLEN, Patricia. Periféricos na periferia. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015**. Minas Gerais. Simpósios de Pesquisas Pós-Graduadas 24. Minas Gerais: Anpocs, 2015

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.